



**THAUANE TEODORO GONÇALVES SANTOS**

**DO CORPO FÍSICO AO CORPO VIRTUAL DA MULHER:  
ENTRE OPRESSÕES E DESCONSTRUÇÕES NAS E PELAS  
REDES SOCIAIS**

**LAVRAS – MG**

**2021**

**THAUANE TEODORO GONÇALVES SANTOS**

**DO CORPO FÍSICO AO CORPO VIRTUAL DA MULHER:  
ENTRE OPRESSÕES E DESCONSTRUÇÕES NAS E PELAS REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Letras, para a obtenção do título  
de Licenciada.

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim

Orientadora

**LAVRAS – MG**

**2021**

**THAUANE TEODORO GONÇALVES SANTOS**

**DO CORPO FÍSICO AO CORPO VIRTUAL DA MULHER:  
ENTRE OPRESSÕES E DESCONSTRUÇÕES NAS E PELAS REDES SOCIAIS**

**FROM THE PHYSICAL BODY TO THE WOMAN'S VIRTUAL BODY:  
BETWEEN OPPRESSIONS AND DECONSTRUCTIONS IN AND THROUGH  
SOCIAL NETWORKS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Letras, para a obtenção do título  
de Licenciada.

APROVADO EM 20/05/2021  
PROF<sup>a</sup> HELENA MARIA FERREIRA  
PROF<sup>a</sup> MIRIÃ ALEXANDRE DE PAULA  
PROF MARCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA CANO

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2021**

*Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu pai por todo cuidado, amor, companheirismo e apoio. Aos meus professores, pela paciência, pela troca e pelo amor à profissão. À minha orientadora, pelos ensinamentos, pelos diálogos e pelo carinho. A todas as mulheres: as que vieram antes de mim e as que virão nas próximas gerações.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as mulheres que vieram antes de mim e que deram as suas vidas lutando para que eu pudesse estar, hoje, no lugar de estudante, de pesquisadora e de professora.

Também agradeço, com todo o meu amor, ao meu pai Gilberto e a minha mãe Edeli, sem eles nada disso seria possível. Sei o quanto esse caminho foi difícil, mas também sei o quanto nos fortaleceu enquanto família. Pai, obrigada por me ensinar todos os dias que por mais que a vida esteja difícil sempre estaremos juntos, com muito amor, responsabilidade, caráter e bondade. Mãe, você tem a minha admiração e é uma inspiração diária para que eu possa continuar seguindo os meus sonhos e lutar para conquistar o meu espaço nessa sociedade tão machista em que vivemos. Vocês têm a minha eterna gratidão e a garantia de que bons frutos virão dessa oportunidade que vocês me proporcionaram. Eu amo vocês, meus pedacinhos.

Agradeço a minha avó, que sem dúvidas enfrentou muitos sofrimentos para ser a mulher incrível que é e que me inspira a ser cada dia mais independente, responsável e importante para esse mundo. Minha avózinha, minha Mariinha, eu te amo.

Agradeço as minhas amigas de São Bento do Sapucaí, o meu lar. Mesmo com a distância cada uma esteve presente da sua maneira, seja por ligação, seja por mensagens, seja por visitas, seja pelo carinho que se manteve com o passar dos anos. Não sei o que o destino nos reserva, mas tenham certeza de que vocês sempre farão parte da minha trajetória.

Agradeço a todas as professoras que estiveram no meu caminho durante a minha graduação: Márcia, Helena, Roberta, Tânia, Patrícia, Mauriceia, Andrea, Isabel, Maria Eugênia, Norma, Raquel e Larissa. Saibam que a pessoa que sou hoje tem um pedacinho de cada uma de vocês. Agradeço também aos professores que tanto me ensinaram: Márcio, Villarta, Rodrigo, Tufi e Valter.

Agradeço aos professores da Educação Básica e a todos os funcionários das escolas que me acolheram com tanto carinho durante a minha formação no período de estágio e de PIBID. Em especial a professora Janaína, que se tornou parte da família; a professora Suely, que me acompanhou e me acolheu nos momentos mais lindos e nos mais difíceis da nossa profissão; às funcionárias Elisângela, Eliane e Karina, que me fizeram sentir acolhida e importante para elas e para a escola.

Agradeço as amizades que fiz em Lavras. Toda a turma de Letras 2016/2 tem um papel fundamental na minha constituição como pessoa, como profissional e como amiga. Em especial, toda a minha gratidão ao meu trio preferido, Maine, Daniela e Christian, com vocês a vida ficou mais leve e mais especial. Que o caminho de vocês seja incrível e que sempre tenha um espaço para mim, assim como vocês terão no meu. E por último, agradeço à minha amiga e irmã, Daniella, que me mostrou que a vida se encarrega de aproximar as pessoas de bom coração, como sempre dizemos: “estava escrito.”

Um agradecimento, em especial, à minha banca examinadora. Escolhi vocês com muito carinho, levando em conta a importância que tiveram na minha trajetória e no quanto ainda posso e quero aprender com vocês.

Por último, mas parte essencial deste trabalho, eu agradeço a minha orientadora, Márcia Amorim. Márcia me mostrou que é possível relacionarmos a pesquisa com a luta que escolhemos para a nossa vida. Ela foi a primeira professora que me fez questionar se eu estava mesmo no caminho certo, visto que ela sempre me tirou da minha zona de conforto e demonstrou que eu poderia ir além, desde quando fiz a primeira disciplina da universidade ministrada por ela. Márcia me mostrou que eu posso evoluir e que tenho inúmeras possibilidades para escolher por qual delas irei me dedicar, desde que haja responsabilidade, comprometimento e dedicação por cada uma delas. Obrigada, Márcia pela atenção, pela paciência e por inspirar tantas mulheres. Essa pesquisa é mais do que um trabalho final, para mim ela representa uma voz que foi silenciada e que hoje, com a ajuda da Márcia, trilhará por tantos e tantos caminhos. Muito obrigada.

*“Um homem não me define*

*Minha casa não me define*

*Minha carne não me define*

*Eu sou meu próprio lar”*

*(Francisco, El Hombre)*

## RESUMO

O presente estudo elege como objeto de discussão o processo discursivo que está presente desde o corpo físico da mulher até o corpo virtual dela. Esse corpo é (re)construído nas e por meio das redes sociais: Facebook e Instagram. O estudo também busca analisar de que forma ocorre a representação do corpo feminino, realizada tanto pelo outro quanto pela própria mulher, no espaço virtual, visto que esse espaço possibilita a imediata reformulação/reconstrução do sujeito. Nesse sentido, a partir de teorias da Análise do Discurso Materialista, o trabalho tem como objetivo analisar a representação e a (re)construção do corpo feminino no espaço virtual que é marcada por exigências sociais, responsáveis por estabelecer estereótipos e padrões estéticos de alcance inacessível para uma grande parcela do público feminino. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo para ancorar a análise do *corpus*, constituído por publicações no Facebook e no Instagram em que o corpo feminino é alvo de objetificação, visando à imposição de padrões estéticos e à propagação de preconceitos àquelas que não se adequam ao padrão estabelecido. A pesquisa bibliográfica consistiu nos estudos de: Orlandi (2007) e (2020); Foucault (2012); Ribeiro (2017, 2018); Davis (2016); Beauvoir (2016); Amorim (2009); Dos Santos Andrade (2003); Colling (2015); Solnit (2017); Rodrigues; Do Nascimento; Nonato (2017); Wolf (1992). Com base nas análises, concluímos que é frequente encontrarmos representações das imagens dos corpos femininos de modo a silenciar a mulher e as posições ocupadas por elas. Majoritariamente, isso ocorre com a mulher preta tendo em vista as memórias discursivas de uma conjuntura histórica escravista e racista que são conservadas atualmente. Também ocorre a preservação de interdiscursos que mantêm o desejo de poder e uma vontade de verdade sobre os corpos, os discursos e as representações sociais que serão desempenhadas pelas mulheres. Portanto é um movimento constante de silenciamento, de censura, de apagamento e de exclusão que regula as ações, os pensamentos, as posições e a aparência das mulheres.

Palavras - chave: discurso, mulher, corpo, redes sociais, interseccionalidade.



## ABSTRACT

The present study elects as object of discussion the discursive process that is present from the physical body of the woman to her virtual body. This body is (re)built on and through social networks: Facebook and Instagram. The study also seeks to analyze how the representation of the female body occurs, performed by both the other and the woman herself, in the virtual space, since this space allows the immediate reformulation/reconstruction of the subject. In this sense, based on theories of Materialistic Discourse Analysis, the work aims to analyze the representation and (re)construction of the female body in the virtual space that is marked by social demands, responsible for establishing stereotypes and aesthetic patterns of inaccessible reach for a large portion of the female public. To achieve this goal, a bibliographic research was carried out, of qualitative character to anchor the analysis of the corpus, consisting of publications on Facebook and Instagram in which the female body is objectification, aiming at the imposition of aesthetic standards and the propagation of prejudices to those that do not fit the established standard. The bibliographic research consisted of the studies of: Orlandi (2007) e (2020); Foucault (2012); Ribeiro (2017, 2018); Davis (2016); Beauvoir (2016); Amorim (2009); Dos Santos Andrade (2003); Colling (2015); Solnit (2017); Rodrigues; Do Nascimento; Nonato (2017); Wolf (1992). Based on the analyses, we conclude that we often find representations of the images of female bodies in order to silence the woman and the positions occupied by them. Mostly, this occurs with the black woman in view of the discursive memories of a historical slave and racist conjuncture that are currently preserved. There is also the preservation of interdiscourses that maintain the desire for power and a desire for truth about the bodies, discourses and social representations that will be performed by women. Therefore, it is a constant movement of silencing, censorship, deletion and exclusion that regulates the actions, thoughts, positions and appearance of women.

Keywords: discourse, woman, body, social networks, intersectionality.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1</b>	<b>SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS: “QUEM CALA CONSENTE”?.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>CONTROLE E PODER NO/DO DISCURSO.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>CONTROLE E PODER SOBRE OS CORPOS FEMININOS.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>CONCEPÇÕES DE CORPO FEMININO EM DIFERENTES DISCURSOS.....</b>	<b>23</b>
<b>4.1</b>	<b>O CORPO FEMININO NAS REDES SOCIAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>O FEMININO E A NECESSIDADE DE UM MOVIMENTO INTERSECCIONAL.....</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE: DO CORPO FÍSICO AO CORPO VIRTUAL DA MULHER.....</b>	<b>32</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco analisar o processo discursivo que atravessa o corpo físico da mulher até chegar ao corpo virtual dela, (re)construído nas e por meio das redes sociais, em especial, o Facebook e o Instagram. É de nosso interesse analisar de que forma ocorre a representação de si e do outro e, também, como ocorre a representação do corpo feminino no espaço virtual, visto que esse espaço propicia a reformulação/reconstrução do sujeito e a propagação de um posicionamento ideológico.

A representação do corpo feminino e a sua reformulação nas redes sociais são incisivamente marcadas por padrões e estereótipos estabelecidos socialmente. Trata-se de um processo de construção social de imagens em que os sujeitos se veem induzidos a seguir padrões estabelecidos para atender a uma demanda que dita o que pode e o que deve ser aceito ou valorizado. Assim, os sujeitos buscam investir na aparência de acordo com o que é considerado bonito, descolado e atual, ou seja, o que a mídia estabelece como ideário masculino e feminino.

Em relação ao corpo feminino, busca-se a “perfeição” das curvas, do cabelo e da pele. Unhas, cabelos e maquiagem devem estar sempre impecáveis. Essa pressão social ocorre em diferentes instâncias da vida social. Neste estudo, buscamos responder às seguintes questões: como essas exigências ocorrem nas atividades do dia a dia da mulher? Como a mídia corrobora a propagação de um estereótipo de beleza que não condiz com os corpos físicos de grande parte da população mundial?

Partimos do pressuposto de que a pressão sobre padrões estéticos ocorre no meio televisivo, nas revistas e, nas últimas duas décadas, principalmente, nos ambientes digitais. De um lado, ao representarem a si mesmas, as mulheres se deparam com a conflituosa relação de autoconhecimento e autoaceitação, uma vez que vivemos em uma sociedade que, culturalmente e historicamente, colocou a mulher em uma posição subalterna em relação ao homem, especialmente ao homem branco, e estabeleceu padrões estéticos que perduram até os dias de hoje. A questão a ser trabalhada consiste na problematização da cobrança social perante a mulher não só nas representações sociais desempenhadas em seu cotidiano, como também em como ocorre a (re)construção desse sujeito nas mídias sociais e no quanto as mulheres estão em constante reconstrução de si mesmas para atender aos padrões de aceitação e de busca de engajamento nas práticas sociais, que podem afetar tanto a saúde física quanto a saúde mental delas.

Por outro lado, ao serem representadas pelo outro, as mulheres têm, na maioria das vezes, o seu corpo objetificado, revelando, assim, a existência do machismo estrutural, ou ainda posicionamentos ideológicos de cunho racista ou homofóbico. Além disso, elas têm suas imagens usadas indevidamente, nas quais são criadas outras simbologias para rotular e ridicularizar os corpos delas. Por essa razão, é de suma importância que estejamos atentos não só às condições de produção do discurso como também às condições de recepção e de circulação dos discursos, que serão tratadas com maiores detalhes neste estudo.

Dada essa contextualização, evidenciamos as questões levantadas anteriormente em relação ao tratamento social dado ao corpo feminino e ao modo como as mulheres vêm sendo desrespeitadas em diversos espaços, físicos e virtuais. Dito isso, é interessante refletirmos de que forma podemos agir, no ambiente físico e virtual, para auxiliar na luta das mulheres contra as opressões e exigências que lhes são impostas; de que forma podemos nos atentar para não reproduzirmos concepções machistas e racistas e como podemos descentralizar a imagem da mulher atrelada à busca incessante da indústria da beleza e da constante mudança para atingir aos padrões sociais. São os percursos que buscamos fazer neste estudo.

Diante do exposto, respaldado em teorias da Análise do Discurso Materialista, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a representação e a (re)construção do corpo feminino no espaço virtual fomentada por exigências sociais que estabelecem estereótipos e padrões estéticos de difícil alcance para uma grande parcela do público feminino. Como objetivos específicos, buscamos empreender um estudo da relação sujeito, historicidade e ideologia ancorada nos princípios básicos da Análise Materialista do Discurso; explorar as questões sobre silêncio e silenciamento; refletir sobre as relações de controle e de poder no discurso; analisar como o corpo feminino é tratado nas redes sociais; e destacar a relevância de um movimento feminista interseccional. Assim, contribuiremos para uma análise fundamentada em situações sociais, históricas e culturais nas quais estamos inseridos, visto que nenhum discurso é neutro, pelo contrário, todos os discursos são perpassados por ideologias. Estas, por sua vez, são disseminadas por eles.

Neste estudo, trazemos uma questão atual e urgente, que é a opressão sofrida pelas mulheres no ambiente físico e virtual, tendo em vista os silenciamentos aos quais elas foram submetidas ao longo dos anos. Para dar voz a mulheres que foram silenciadas, buscamos autoras que tratam do silêncio e da luta feminina por tratamentos sociais igualitários aos gêneros. Destacamos o vínculo que as autoras possuem com o tema, em relação à participação e ao apoio à luta de mulheres por direitos iguais e por respeito ao corpo feminino. Por último,

marca-se a Análise do discurso, como uma proposta teórica que nos permite analisar o que está para além da palavra, e a importância de mulheres estudarem, escreverem e incitarem a curiosidade de outras mulheres para o aprofundamento do olhar crítico sobre os diferentes discursos sobre elas que são veiculados nas diferentes esferas sociais em uma sociedade que ainda se mostra machista e patriarcal.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e documental na configuração do *corpus*, selecionado entre as inúmeras postagens nas redes sociais. Nesse caso, nos interessaram as publicações no Facebook e no Instagram em que o corpo feminino é alvo de objetificação, visando à imposição de padrões estéticos e à propagação de preconceitos àquelas que não se adequam ao padrão estabelecido. Buscamos encontrar publicações que tratassem dos corpos femininos de forma opressiva e de investigar como esses corpos eram representados. Foram selecionadas, inicialmente, 30 publicações nas redes sociais, sendo 8 delas analisadas neste estudo. A escolha desse objeto de análise – o tratamento dos corpos das mulheres – vem da necessidade de abrir um espaço para que as vozes femininas sejam ouvidas e principalmente respeitadas.

A pesquisa bibliográfica consistiu nos estudos de: Orlandi (2007) e (2020), sobre as formas do silêncio, sobre silêncio e silenciamento e sobre discurso, sujeito e ideologia; Foucault (2012), sobre os procedimentos de controle do discurso; Ribeiro (2017) e (2018) sobre o lugar de fala e sobre a importância de um feminismo interseccional; Davis (2016) sobre mulher, raça e classe; Beauvoir (2016) sobre a mulher; Amorim (2009) sobre o tratamento dado ao corpo feminino no espaço discursivo do funk; Dos Santos Andrade (2003), sobre representações da mulher e de seu corpo no século XX; Colling (2015), sobre a construção histórica do corpo feminino; Solnit (2017), sobre mansplaining; Rodrigues; Do Nascimento; Nonato (2017) sobre a violência contra a mulher no discurso religioso; Wolf (1992), sobre o mito da beleza.

O trabalho encontra-se dividido da seguinte maneira: esta introdução, um capítulo acerca das fundamentações teóricas que deram suporte à presente pesquisa, principalmente no que diz respeito aos princípios básicos e fundamentais da Análise de Discurso Materialista; um capítulo que traz um breve panorama acerca de concepções sobre o corpo feminino, sendo elas de caráter religioso, científico, filosófico e midiático, com enfoque para este último; um capítulo sobre a questão racial que envolve o gênero feminino e a importância de uma luta que busque atender às demandas de todas as mulheres; a análise dos dados coletados por meio

de uma problematização das exigências realizadas desde o corpo físico ao corpo virtual feminino; as considerações finais e as referências utilizadas na pesquisa.

Portanto, o presente trabalho anseia, por meio da reflexão sobre o discurso e das análises apresentadas, demonstrar que os estudos pautados na Análise do Discurso de linha francesa permitem conceber que os sentidos não estão na superfície da palavra, mas perpassam os dizeres (re)produzidos por sujeitos sociais, evocando memórias e se materializando no tempo e no espaço. Além disso, almeja explorar o modo com os corpos femininos são representados, como eles se apresentam e quais os padrões que lhes são impostos, tanto fisicamente quanto virtualmente.

## 2 ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

A Análise do Discurso materialista (pecheutiana) é uma proposta teórica que possibilita ao estudioso da área um olhar crítico sobre os diferentes discursos que perpassam as diversas práticas sociais por meio de gestos de leitura que não só perpassam o dizer, como também vão além dele. Em nossas ações cotidianas, não interagimos apenas com a palavra materializada, lidamos com a memória, com o já-dito e com formulações do que ainda virá a ser enunciado, isso significa que os sentidos não residem na superfície da palavra, mas extrapolam o dizer. Daí a ideia de que o discurso é a palavra em movimento, por isso, os analistas buscam compreender a língua em uso, por meio da reflexão sobre as diferentes práticas de linguagem.

Nesse sentido, a partir dos estudos de Orlandi (2020), compreendemos que o campo da Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, ou seja, pautada em regras e desconsiderando as condições de produção dos discursos, mas trabalha com a língua no mundo, falada por diversos sujeitos, com diferentes formas de significar e situados em um dado espaço e tempo. Por concordarmos com as ideias de Orlandi (2020), discutiremos alguns pontos essenciais da Análise do Discurso a partir de seus estudos, que permitem uma compreensão mais objetiva acerca dos princípios discursivos e dos procedimentos de análise, além de ser uma voz feminina que mergulha no mundo discursivo e que muito pode contribuir para a reflexão proposta aqui.

Para a autora, um ponto essencial para compreender os estudos do discurso é a diferenciação entre discurso e comunicação. No esquema de comunicação, existe um emissor, aquele que transmite uma mensagem ao receptor por meio de um código, que faz referência a um elemento da realidade. Já o discurso não se trata meramente de transmitir uma informação que será decodificada, uma vez que ele coloca em jogo os processos de constituição dos sujeitos, afetados pela língua, pela história e pela ideologia, fato que explicaremos com mais detalhes no decorrer do trabalho. O discurso também coloca em pauta os processos de produção e de constituição dos sentidos, o que justifica a grande importância de se considerar os processos e as condições de produção para significar um objeto de análise, visto que cada sujeito enuncia de acordo com as suas próprias vivências, com as ideologias que o afeta, com os dizeres que já se deparou e com o contexto no qual está inserido.

A Análise do Discurso, segundo Orlandi (2020), visa compreender de que modo um objeto simbólico produz sentidos e esses sentidos estão intimamente ligados às condições de

produção dos discursos, ou seja, em quais circunstâncias determinado discurso foi produzido. Essas condições são subdivididas em sentido amplo, que remete à situação sócio-histórica e ideológica, e sentido estrito, relacionado à situação imediata. Dessa forma, temos de um lado a memória discursiva (o interdiscurso), ou seja, aquilo que já foi dito em outro lugar, em outra época, por outro sujeito e que permite que novos dizeres possam ser formulados. Por outro lado, temos o intradiscurso, que não está relacionado à memória, mas sim à atualidade: um dado momento, em determinadas condições e produzindo formulações advindas dos já-ditos. Com base nessa proposta, a Análise do Discurso será de grande valia para entendermos em que circunstâncias os discursos sobre o corpo da mulher, dentro e fora das redes sociais, foram produzidos e de que modo os já-ditos e o contexto atual influenciaram esse dizer.

Os já-ditos, citados anteriormente, interdiscurso/memória discursiva, consistem em um conjunto de formulações que já foram feitas por outros sujeitos, em momentos e condições específicas e que, ao passarem pelo esquecimento de que não somos a fonte dos dizeres e de que os sentidos são construídos discursivamente, permitem que os nossos dizeres façam sentido. Orlandi (2020, p. 32) afirma que “o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos.”. Essa distinção é importante, visto que nas relações intertextuais, ou seja, de um texto com outro texto, o esquecimento não é fundamental, diferentemente de como ocorre no interdiscurso, no qual o esquecimento é estruturante, ele é quem permite que as formulações posteriores façam sentido. Nesse viés, pautada nas ideias de Pêcheux (1975), a autora diferencia duas formas de esquecimento que encontramos no discurso: o esquecimento enunciativo e o esquecimento ideológico, que também são de suma relevância na análise dos discursos da e sobre a mulher e seu corpo.

Assim, o esquecimento enunciativo nos mostra que a sintaxe influencia nos sentidos, pois quando falamos, o fazemos de um modo e não de outro. Quando analisamos um discurso no qual é dito “Olha que negra bonita!”, por exemplo, a escolha lexical influencia fortemente nos efeitos de sentido que serão propagados. Isso porque existe a possibilidade de o interlocutor dizer “Olha que mulher bonita!”, mas a escolha da palavra negra ao invés de mulher não é em vão, pois, ainda que inconscientemente, faz alusão à ideia de que as mulheres negras não são classificadas, de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade, como bonitas. Isso mostra também um assunto que trataremos com mais detalhes em um dos capítulos seguintes: as diferenças que existem dentro do próprio gênero, como a questão da raça.



Portanto, a partir desse exemplo, notamos que existem outras possibilidades de dizer e que nossos enunciados sempre poderiam ser ditos de outra forma. É esse tipo de esquecimento que cria a ilusão referencial, a impressão de que há uma conexão direta entre o pensamento e a linguagem e que, por isso, o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras, sem outras possibilidades de formulação. Entender o funcionamento desse tipo de esquecimento abre margem para refletirmos sobre o modo como falamos das mulheres, dos corpos das mulheres e de como elas, influenciadas por padrões socialmente construídos, falam de si mesmas. E mais, refletirmos não só sobre o modo de nos referirmos às mulheres, mas também sobre o modo de representá-las.

Ainda tratando dos tipos de esquecimento, o esquecimento ideológico, por sua vez, está no campo do inconsciente e é resultado do modo como somos afetados pela ideologia. Nele, existe a ilusão de sermos a origem de tudo o que é dito, no entanto, como já mencionado anteriormente, sabemos que existem dizeres preexistentes aos nossos, portanto não somos a origem dos discursos, nós é que nos inserimos neles quando nascemos e passamos a fazer parte desse processo. Para elucidar essa questão, podemos retomar as ideias de Amorim (2009), que mesmo ao discorrer sobre outro corpus, possui um referencial teórico próximo ao tratado neste trabalho. Dessa forma, ela afirma que:

Toda produção linguística é constitutivamente heterogênea, marcada pela presença de “outras vozes” que interagem com a “voz” do enunciador. O sujeito que produz um determinado enunciado mescla sua voz à voz de outros sujeitos sociais. Ele não é uno, não é o dono do dizer, outros dizem com ele, nele se inscreve a alteridade. (AMORIM, 2009, p.56)

Assim, a autora comprova que o sujeito não pode ser origem do que diz, pois toda voz é constituída por outras vozes, os já-ditos, que ao passarem pelo esquecimento nos permitem a formulação de novos discursos. Quando enunciamos trazemos à tona não só o que pensamos, mas também o que outras pessoas pensaram em determinados momentos históricos e por isso, não podemos traçar um ponto de partida do discurso. Em função disso, destacamos a seriedade que é necessária em relação ao que dizemos, ao que reproduzimos, ao que compartilhamos, pois ainda que não seja intencionalmente, discursos de cunho preconceituoso podem ser propagados por meio de nossos dizeres, destacamos aqui as posturas machistas, racistas e opressoras em relação à mulher. Logo, essa vontade de ser a origem da linguagem, dos dizeres e dos sentidos traz à tona a noção do sonho adâmico, isto é, de ser a origem, quando, na realidade, não somos o começo, mas um meio para que os discursos se realizem em nós.

De acordo com Orlandi (2020), ainda que estes esquecimentos sejam necessários para a formulação de novos enunciados – obedecendo ao que já foi constituído, mas ainda assim buscando um deslocamento – existem situações em que há um apego à estabilização, isso quer dizer que tanto os sujeitos quanto os sentidos não se deslocam, eles se mantêm em um lugar de repetição, que pode ser subdividida em: repetição empírica (mnemônica), que apenas repete o discurso já-dito; repetição formal (técnica), que repete o mesmo discurso, porém de outra forma; e repetição histórica, que permite o deslocamento dos já-ditos. O discurso do senso comum, compreendido neste trabalho como o discurso que é adquirido pela experiência e que carrega com ele crenças e costumes, representa com clareza esse modo de repetição, um exemplo disso é o discurso de que as mulheres são o sexo frágil.

Seguindo essa ideia, outras questões importantes também influenciam o dizer e principalmente os sentidos, conforme nos lembra Orlandi (2020). São elas a paráfrase e a polissemia. A paráfrase é um processo voltado para a estabilização, isso porque é ela que faz com que no dizer algo sempre se mantenha, ou seja, a memória, pois são produzidas diferentes formulações de um mesmo dizer já consolidado. Já a polissemia está no campo do deslocamento e permite novos processos de significação, trabalhando com a ruptura de sentidos dos já-ditos.

Assim, é nesse jogo entre paráfrase e polissemia que os sentidos podem se movimentar, por isso Orlandi (2020, p. 35) afirma que a condição da linguagem é a incompletude, pois “nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história.”. Isso faz com que o processo de significação e de constituição de sentidos dependa do modo com que os sujeitos se constituem na relação entre paráfrase (matriz do sentido, dado que não há sentido sem repetição) e polissemia (fonte de linguagem, pois trata dos múltiplos sentidos) e, também, da forma com que esse sujeito é afetado pela língua, pela ideologia e pela história.

Para Orlandi (2020, p. 36), “esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos”. Ainda tratando de paráfrase e polissemia, retomamos a afirmação de Orlandi (2020) a partir da qual podemos confirmar a ideia de que não existe discurso neutro, pois ainda que o sujeito apenas reproduza algum enunciado sem compreender ou conhecer os seus sentidos preexistentes, sabemos que ele já foi dito por outra pessoa, em outro momento e em outro lugar, portanto já significou nas palavras de outro

sujeito. Isso explica quando dizemos que certos vocábulos são carregados de significados preconceituosos, como, por exemplo, expressões racistas e machistas: “denegrir”, “a coisa está preta”, “que inveja branca”, “deve estar de TPM”, “tinha que ser mulher”, entre muitas outras. Compreender essa relação entre o simbólico e o político é essencial para analisarmos os materiais selecionados para este trabalho, pois poderemos observar que não há neutralidade nos objetos de análise, visto que há a marcação de um posicionamento advindo do jogo entre paráfrase e polissemia.

Quando se trata de discurso, também é de suma relevância compreender minuciosamente as condições de produção que estão envolvidas nesse processo, lembrando que elas se tratam das circunstâncias de produção dos discursos e são subdivididas em sentido amplo (situação sócio-histórica-ideológica) e sentido estrito (situação imediata). Desse modo, elas funcionam de acordo com mecanismos, sendo eles: a relação de sentidos, a antecipação e a relação de forças, conforme postula Orlandi (2020). A relação de sentidos nos mostra que não há início e nem fim para os discursos, visto que o discurso é sustentado por outros dizeres e suscita novos enunciados. A antecipação, por sua vez, permite que o sujeito se coloque no lugar de ouvinte do seu interlocutor, a fim de escolher um modo de dizer e não outro, pensando no efeito que imagina que o seu ouvinte terá. Por último, a relação de forças nos faz ter um olhar mais atento para o lugar a partir do qual um sujeito fala, pois ele é constitutivo do dizer.

Todos esses mecanismos explicados anteriormente estão pautados nas formações imaginárias, pois é a partir delas que eles ocorrem. Isso significa que o que é levado em consideração no processo discursivo não é quem fala e nem o lugar empírico a partir do qual se é falado, mas sim as imagens que são criadas a partir de projeções estabelecidas socialmente. Para compreender melhor essa ideia, retomamos Orlandi, que defende o ponto de vista de que não tratamos de sujeitos físicos, porque o que nos interessa são as imagens criadas a partir das posições que eles ocupam no mundo e no discurso; tais imagens são afetadas pela memória e pelo contexto sócio-histórico. Amorim (2009) também compactua com essa visão ao afirmar que:

O sujeito de um discurso ocupa um lugar determinado em uma dada prática discursiva e a imagem que faz dessa posição que ocupa no discurso bem como a imagem que faz do outro são oriundas das formações imaginárias. É na e pela linguagem que o sujeito se constitui enquanto ser social, pois o discurso é socialmente constituído e o sujeito é parte de uma ideologia que nem ele mesmo consegue delimitar seu alcance. (AMORIM, 2009, p. 59)

Dessa forma, a partir das considerações das autoras, podemos compreender que as condições de produção vão tratar da língua, que é sujeita à história e é passível de equívoco; das formações sociais, ou seja, grupo ainda que invisível de sujeitos que possuem condições semelhantes; e, por fim, do mecanismo imaginário, que é justamente a produção de imagens dos sujeitos e dos objetos de discurso em uma dada conjuntura. Daí é possível observamos a imagem da posição sujeito locutor (quem eu sou para lhe falar dessa forma?), a imagem da posição do sujeito interlocutor (quem é ele/ela para que eu lhe fale dessa forma? / Quem é ele/ela para me falar dessa forma?) e a imagem do objeto do discurso (Sobre o que estou lhe falando? / Sobre o que ele/ela está me falando?). É essa posição discursiva produzida pelas formações imaginárias e esse jogo de imagens que vai permitir que o analista compreenda as particularidades políticas e ideológicas de determinada formulação e, ainda mais, de determinada formação discursiva, conforme defende Orlandi (2020).

Isso nos mostra que os sentidos não estão nas palavras por si só, mas são determinados pelas posições ideológicas que são colocadas em pauta quando ocorre a produção de um dado discurso em um dado momento sócio-histórico. Por essa razão, as palavras podem suscitar outros significados de acordo com as formações ideológicas às quais pertencem numa dada conjuntura e posição. Sendo assim, é relevante trazermos para este estudo o conceito de formações discursivas, pois são elas que determinam o que pode e deve ser dito em uma dada circunstância. Isso faz com que os sentidos sejam estabelecidos no interior das formações discursivas nas quais estejam inscritos, porque não é de forma despreziosa que um discurso e o sujeito que o propaga se constituam de um modo específico, isso acontece porque eles se inscrevem em uma formação discursiva e não em outra para que signifiquem daquela forma e não de outra. As formações discursivas representam, também, as formações ideológicas, portanto a forma de ver o mundo influencia na constituição dos sentidos. No entanto, as formações discursivas não podem ser classificadas como homogêneas, assim como o discurso, elas estão em constante movimento e, com isso, são ressignificadas e possuem fronteiras maleáveis.

Para ampliar ainda mais os conhecimentos discursivos, podemos contar com a noção de metáfora. No discurso, a metáfora é definida como a escolha de uma palavra por outra, por meio de transferências, ou seja, ela que é responsável por estabelecer a maneira como as palavras significam, afastando-as do sentido literal e imutável. Nesse viés, Orlandi (2020, p. 42) afirma que “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em

formações discursivas diferentes.”. Isso porque cada formação discursiva define o que pode e deve ser dito, e mais, cada uma delas possui suas próprias condições de produção.

Ao nos depararmos com um objeto simbólico, buscamos compreender o que ele quer dizer, por isso é possível afirmar que sem a interpretação não existe sentido e, com isso, entram em cena os efeitos ideológicos. Orlandi (2020, p.44) afirma que o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.”. Essas evidências funcionam através dos esquecimentos, que já foram mencionados anteriormente. Nesse sentido, elas produzem um efeito de transparência e estabilidade, apagando o caráter material dos sentidos e dos sujeitos. A primeira delas é chamada de evidência do sentido, ela faz com que uma palavra designe determinado objeto/coisa, isso apaga o ideal da interpretação, uma vez que propõe a ilusão do sentido-lá e da transparência da linguagem. A segunda evidência, a do sujeito, apaga a ideia de que somos interpelados em sujeitos pela ideologia, pois propõe a afirmação de que já somos sempre sujeitos, dessa forma, deixa de lado a necessidade de estar inscrito em uma ou outra formação discursiva para produzir sentidos.

No entanto, segundo Orlandi (2020, p. 46), “nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”, pois ainda que essas evidências tenham seus efeitos, não podemos deixar de considerar que são apenas efeitos da relação entre sujeito, língua e história. Assim, a interpretação precisa ser regulada, determinada e para isso é garantida pela memória, sendo a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, aquilo que já foi dito; e a memória institucionalizada, que seleciona quem tem ou não tem direito à interpretação. A relação entre essas memórias é o próprio processo de interpretação, que permite a movimentação dos sentidos.

Como já mencionamos, no discurso, o que nos interessa é a posição ocupada pelo sujeito para que assim ele seja sujeito que diz, no entanto, essa posição pode variar de acordo com a situação discursiva. É por isso que, a Análise do Discurso materialista defende o ponto de vista de que os sujeitos são intercambiáveis. Vale lembrar que é necessário que o sujeito seja submetido à língua e à história para que possa se constituir e fazer sentido. Desse modo, ele é um sujeito livre, responsável e submisso ao mesmo tempo. Essa contradição significa que o sujeito pode dizer qualquer coisa, desde que se submeta à língua e à história para isso, assim é instaurada a noção de assujeitamento. No trabalho em questão é de nosso interesse compreender quais são as posições ocupadas pelas mulheres nos discursos selecionados para

análise e em quais posições elas são colocadas, além disso, também é possível analisar a posição dos demais envolvidos na situação discursiva.

Com base nesse panorama a respeito de alguns princípios da Análise do Discurso, compreendemos que tanto os sujeitos quanto os sentidos são pautados em um acabamento provisório, pois nos deparamos com a incompletude, afinal nos constituímos a partir do outro, a partir da língua, a partir da história. No entanto, isso não significa que não exista certa determinação, pois seguindo as ideias propostas por Orlandi (2020, p. 50-51):

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

A autora resume brilhantemente o processo de constituição do dizer, pois trata da dualidade de que somos sujeitos ao acaso e à falha, mas também somos sujeitos à regra. Por isso os sentidos se deslocam, se movimentam, se renovam ou se repetem. Isso também justifica o fato que mencionamos acima de que os sujeitos são materialmente divididos desde a sua constituição, pois eles são determinados e estão sujeitos à língua e à história, ou seja, precisam sofrer os efeitos do simbólico e serem afetados para então se constituírem e constituírem sentidos.

Durante este capítulo, tratamos principalmente dos ditos, mas ao longo do dizer também encontramos os não-ditos, que significam. Trata-se do silêncio, proposto mais detalhadamente por Orlandi (2007) em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Em suma, quando falamos de silêncio, tratamos de uma pausa no processo de significação para que se possa significar. Assim, existe o silêncio fundador, aquele que já existe nas palavras: os não-ditos. Por outro lado, também existe o silenciamento ou a política do silêncio, que pode ser dividido em silêncio constitutivo e silêncio local. O silêncio constitutivo é aquele em que uma palavra necessariamente apaga outras palavras, pois se digo X não digo Y. Já o silêncio local, mais conhecido como censura, faz referência àquilo não pode ser dito. Sendo assim, no tópico seguinte, discutiremos com mais detalhes a questão do silêncio e da sua importância no discurso.

## **2.1 SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS: “QUEM CALA CONSENTE”?**

Em conversas cotidianas, muito se vê as pessoas afirmando: “quem cala consente”. Contudo, por meio de um estudo mais aprofundado sobre o silêncio, podemos compreender

que essa afirmação não é de toda verdade. Orlandi (2007) nos traz uma abordagem diferente da qual estamos habituados a respeito do silêncio, afastando-se da sua interpretação negativa enquanto ausência de palavras e, conseqüentemente, de significados. Para a autora, o silêncio também produz significados e, por isso, não é falta. Ele é a pausa no dizer que nos permite formulações de novos discursos. Assim como as palavras, ele é múltiplo, isso explica o título plural do presente capítulo. Além disso, a pesquisadora também explica que “o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras” (p.32). Essa descrição talvez explique, em partes, o porquê de, ao longo dos tempos, a sociedade perceber o silêncio de modo desfavorável, ou seja, por conta de sua materialidade não estar à disposição dos olhos e dos ouvidos, por isso atribuiu-se ao silêncio um status de insignificância.

Outra consideração pertinente que pode explicar a interpretação negativa do silêncio se dá em relação ao fato de que vivemos em uma sociedade que, para se afirmar e, principalmente, sentir-se no controle, possui uma urgência de dizer. Esse fato faz com que seja atribuído ao silêncio um lugar de apagamento, como efeito, de irrelevância. Orlandi (2007, p. 34) comprova esse modo social de pensar ao discorrer que “Para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio como vazio, como falta”. Entretanto, é o silêncio o responsável pela mediação entre linguagem, mundo e pensamento, o que lhe atribui um caráter de grandes significâncias. Em razão disso, tratamos o termo como plural, visto que há múltiplos silêncios: como o religioso, o místico, o da resistência, o da opressão. Todavia, é válido mencionar que, ao estudar o silêncio, não se busca traduzi-lo em palavras ou interpreta-lo, mas compreender o modo como ele significa e os processos de significação que ele coloca em pauta. Assim, o dizer e o silenciar caminham lado a lado e é nesse caminhar que observamos a dimensão política do silêncio, pois cabe a ele dimensionar o dizer.

Uma importante diferenciação a ser mencionada a respeito do silêncio está na sua comparação semântica comumente realizada com o implícito. Em *Análise do Discurso*, concebemos o silêncio como ele é, como forma de significação. Já o implícito é compreendido como aquele em que o não-dito remete ao dito. Orlandi (2007, p. 102) assegura que “o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. Assim sendo, reafirmamos que o dizer e o silenciar caminham lado a lado, mas sem nos

esquecermos do fato de que o sentido do silêncio não advém do dizer, não existe uma relação de dependência entre os dois processos. O que ocorre é uma relação constitutiva com o processo de significação, o silêncio é membro necessário para que ocorra o significar. Como já mencionado no capítulo anterior, a incompletude é fator essencial para a constituição dos sujeitos e certamente dos sentidos também, dessa forma, é o silêncio que possibilita que a polissemia se instale, dado que ele é o encarregado de significar o que a linguagem considera ser irrelevante no dizer que ocorre por meio das palavras.

Dito isso, explicaremos adiante as divisões do silêncio descritas por Orlandi (2007). A partir do exposto sobre a importância do silêncio no processo de significação, existem duas grandes divisões que podemos explicitar: o silêncio fundador e a política do silêncio (silenciamento), que ainda pode ser subdividida em silêncio constitutivo e silêncio local (censura). Em suma, nas palavras de Orlandi (2007, p. 73), “a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”. À vista disso, classificamos o silêncio fundador como o princípio do processo de significação, ele é a condição/lugar que permite o significar. A autora declara que “o silêncio do sentido torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido” (p. 70). Assim, ele se encontra não só entre as palavras, mas perpassa por elas, abrindo espaço para o que virá a ser dito. Para dizer, é preciso, antes, estar em silêncio.

Em contrapartida, o silenciamento, de modo geral, está relacionado com o apagamento de sentidos que acontece durante o dizer, mas ele também é dividido em seu interior. A primeira subdivisão diz respeito ao silêncio constitutivo, que é aquele no qual se diz uma coisa para necessariamente não dizer outra, assim, são excluídos os sentidos que o locutor não deseja propagar ou que busca evitar. Isso está intimamente ligado com a questão das formações discursivas, pois esse tipo de silêncio trabalha justamente nas fronteiras entre elas, uma vez que ele mostra o que pode ou deve ser dito de acordo com a formação discursiva na qual o sujeito está inscrito. Por outro lado, existe outra subdivisão, chamada de silêncio local ou censura. A censura está relacionada ao processo de interdição do dizer e do sujeito, diferentemente do silêncio constitutivo, ela postula o que não pode e o que não deve ser dito pelo sujeito em determinada conjuntura.

Orlandi (2007, p. 79) garante que, na censura, “[...] o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os



sentidos que não lhe são proibidos”. Assim, é proibido ao sujeito ocupar certas posições, por isso ela afeta diretamente a identidade do sujeito. Apesar disso, levando em conta as diferentes formas de silenciar, faz-se presente a recusa de submeter-se à censura – ela ocorre por meio da migração dos sentidos, ou seja, o sentido é deslocado para outros objetivos simbólicos que fazem referência aos objetos censurados. “Qualquer coisa serve para significar, qualquer matéria significante explode os limites do sentido.” (ORLANDI, 2007, p. 123). Isso pode ser exemplificado a partir do que a autora traz, em sua obra, a respeito da negritude e do feminino:

Os sentidos da negritude e do feminino silenciados em sua expressividade social própria significam de outro modo (na umbanda, na capoeira ou na moda, numa forma de fazer literatura etc.). Essa migração resulta (e é marca) da necessidade histórica dos sentidos. [...] Se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala” (ORLANDI, 2007, p. 152)

O exemplo citado pela autora nos expõe o quanto as mulheres, e principalmente as mulheres pretas, são e foram silenciadas ao longo do tempo. Silenciaram as vozes, silenciaram os corpos, silenciaram os interesses. Isso evidencia o quanto a questão do controle está em destaque e o quanto as relações de poder se fazem valer para que as mulheres sejam mantidas nessa posição, de silêncio, já estabelecida pelo poder dominante. Dado o exposto, ressaltamos a importância de se trabalhar com base nos silêncios e nos silenciamentos para compreender os processos de significação e principalmente, para observarmos quais as formações discursivas que estão em jogo e quais as que são intencionalmente excluídas do discurso.

Esse olhar discursivo sobre o objeto de análise permite que tenhamos uma percepção mais aguçada a respeito dos sentidos que produzimos, recebemos e compartilhamos. Mais do que conceber um sentido literal da palavra e do silêncio, é possível analisar as diferentes condições de produção do dizer e suas consequentes significações, de acordo com as formações discursivas que são ou não colocadas em pauta. Por esse motivo, o mesmo objeto pode ter sentidos diferentes para cada sujeito, pois:

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas. As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos

sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. (ORLANDI, 2007, p.20)

Portanto, a partir das considerações da autora fica evidente a importância do trabalho do analista do discurso no tocante à investigação das formações discursivas que atuam nas construções de discursos que se inscrevem em uma determinada conjuntura, uma vez que elas regem o processo de significação ao estabelecer uma relação de ditos, de silêncios e de não ditos entre os sujeitos. A partir dessa perspectiva, compreendemos com maior profundidade as posições discursivas e ideológicas dos sujeitos do discurso e quais os efeitos que elas produzem.

### 3 CONTROLE E PODER NO/DO DISCURSO

Para tratar das questões voltadas para as relações de controle e de poder no discurso, as ideias postuladas por Foucault (2012) serão de suma relevância neste estudo, pois o autor trabalha com as formas com que os discursos se disseminam nos grupos sociais e quais são os procedimentos utilizados para que isso aconteça. Nesse sentido, é de nosso interesse discutir brevemente, a partir das ideias do autor, o modo como o discurso se manifesta, como ele se organiza e quais os frutos que ele gera, visto que quem domina o discurso domina também os mecanismos de poder e os corpos. Assim, Foucault (2012, p. 9) afirma que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em conformidade com essa afirmativa, o presente trabalho segue a ideia de que o discurso, em nossa sociedade, funciona a fim de separar os que possuem e os que não possuem poder, o opressor e o oprimido, o que é permitido e o que não é permitido falar, fazer ou ser. Ou seja, é uma ferramenta que pode ser utilizada no intuito de controlar os grupos sociais, principalmente os menos favorecidos e manter as desigualdades que já existem há séculos. Nesse sentido, destacamos a opressão ao corpo feminino que existe não só no âmbito físico como também no ambiente virtual, por meio das redes sociais. Assim, padrões de beleza e de comportamento são impostos para atender às demandas das exigências sociais.

Ainda vale destacar que a opressão ao corpo feminino preto é ainda maior do que ao corpo feminino branco. Isso significa que há não só a desigualdade de gênero, mas há em maior grau a desigualdade racial, por isso é mais do que necessário compreender que mulheres brancas ainda possuem privilégios em detrimento de mulheres pretas e lutam por questões diferentes, uma vez que historicamente a conquista de direitos ocorreu apoiada em pontos de partidas divergentes e em momentos históricos distintos.

Nesse viés, Foucault (2012) apresenta procedimentos discursivos que controlam o que é produzido pelo discurso. Primeiramente, existem os procedimentos externos de exclusão, que são responsáveis, principalmente, por tratar daquilo que é ou não é aceito em diversas esferas sociais. Eles podem ser divididos em interdição, em oposição entre verdadeiro e falso, e em separação e rejeição. Com isso, o autor nos explica que a interdição é o procedimento pelo qual existe uma espécie de palavra proibida, ou seja, não é permitido a qualquer pessoa

falar sobre qualquer assunto em qualquer circunstância. Outros pontos tratados pelo autor dizem respeito ao tabu do objeto, pois não se pode falar sobre tudo; o ritual da circunstância, pois não se pode falar sobre tudo em qualquer circunstância; e o direito privilegiado do sujeito que fala, pois não é todo mundo que pode falar sobre determinado assunto. Em um sentido geral, a interdição coloca em pauta as relações do discurso com o poder e o desejo, pois:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de nação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2012, p.10)

Dessa forma, podemos observar que existem formações sociais que possuem o desejo de se manter no poder e conseqüentemente de controlar o discurso e formações sociais que buscam se adaptar aos padrões socioculturais impostos para não mais viver em situação de opressão, como ocorre com as mulheres. Assim, o opressor/silenciador sente a necessidade de ditar o que pode e o que não pode ser dito e de ter o direito privilegiado da palavra e mais do que isso, de controlar o modo como os corpos femininos são representados e construídos em nossa sociedade, tanto no meio físico como no meio virtual.

Outro procedimento abordado por Foucault que pode contribuir para a análise do presente trabalho se trata da oposição entre verdadeiro ou falso, que leva em conta a vontade de saber, pois o que sabemos é considerado verdadeiro e o que não sabemos (ou sabemos pouco) é considerado falso. Com isso, os discursos passam a ser validados ou não e observamos os efeitos de poder que são impostos: aquilo que é aceito e aquilo que não é aceito, o que conseqüentemente resulta na separação das pessoas e dos seus respectivos direitos. Essa vontade de verdade, conforme as ideias do autor “assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 2012, p. 18). O autor frisa que suas afirmações se referem à sociedade da qual ele é parte constitutiva, por isso ele emprega o termo “nossa sociedade” em suas reflexões. Ou seja, há a exclusão do discurso do outro e prevalece apenas o desejo e o ponto de vista próprio. Trazendo mais profundamente para a nosso objeto de análise, há a exclusão do discurso da mulher e prevalece o discurso social de opressão ao corpo feminino em vários níveis.

Por último, o autor trata do procedimento de separação e rejeição, cujos princípios culminam na segregação da loucura. Ele explica que, desde a alta Idade Média, o discurso do

louco não tinha a permissão de circular como os outros discursos, por isso foi atribuído a ele um caráter nulo e de desmerecimento. Quando era permitido a ele o direito de se pronunciar, a palavra lhe era dada simbolicamente, uma vez que ocorria apenas em situações teatrais e não nos demais papéis sociais que pressupunham veracidade. Essa ideia nos permite uma comparação às situações de desvalorização da palavra da mulher, que assim como o discurso do louco, é muitas vezes segregada e desmerecida. Assim, a manutenção da censura é um método de rejeitar os discursos que afetam os interesses da sociedade que tem por objetivo manter o controle acerca dos corpos femininos.

Seguindo a noção de controle dos discursos, além dos procedimentos externos, Foucault (2012) trata também dos procedimentos internos ao discurso, que são responsáveis por classificar, ordenar e distribuir o acontecimento dos discursos. São eles: o comentário, o princípio do autor e as disciplinas. O comentário parte de um discurso primário e permite a construção de novos discursos. Ele possui uma função importante, pois pode colocar em pauta o que estava silenciado e, além disso, atribuir novas ideias ao que foi dito anteriormente.

O princípio do autor trata-se de um agrupamento, pois reúne os discursos de acordo com um autor, mas isso não significa atrelar o discurso à vida e à personalidade de uma pessoa, ou seja, não se trata necessariamente de um sujeito, mas de uma unidade de origem de significações que gera autoridade. Já as disciplinas são um procedimento de controle da produção de discursos. Elas consistem em um conjunto de regras e procedimentos – que estão em permanente reatualização – que podem ser adotados pelo autor para produzir novas proposições, que serão testadas e posteriormente organizadas como discursos. No entanto, ainda que haja burocracia para categorizá-las e separá-las, elas não devem ser rigorosamente fechadas para não interromperem o fluxo entre os campos do discurso, isto é, organizadas em uma determinada categoria sem a possibilidade de pertencer também a outra.

Foucault (2012) acrescenta, ainda, outros procedimentos que permitem o controle do discurso, mas desta vez, segundo o autor, “trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles.” (p. 37). Dito isso, uma dessas formas de restrição é o ritual, ele é responsável por definir as qualificações que os sujeitos que falam devem possuir, como os gestos, os comportamentos e as circunstâncias que devem acompanhar o discurso e, ao mesmo tempo, impõem os limites da sua coerção. Com base nisso, Foucault (2012, p, 37) assegura que:

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...] enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

O ritual, em suma, consiste em uma organização interna de como e de quem deve falar. No entanto, existem outras formas de restrição do discurso propostas por Foucault (2012), uma delas refere-se às sociedades do discurso. Elas são encarregadas de produzir ou perpetuar discursos, no entanto apenas para um determinado grupo, ou seja, em um espaço fechado. O autor também cita as doutrinas, elas têm como objetivo a propagação dos discursos, trazendo à tona a sensação de pertencimento mútuo, no qual há o reconhecimento das mesmas verdades, proibindo, assim, a validação dos discursos contrários. Por fim, ele nos apresenta a apropriação social dos discursos, que também é um procedimento de restrição, pois ainda que a educação, meio que possibilita aos sujeitos o acesso a qualquer tipo de discurso, seja de direito a todos, sabemos que na prática ela é marcada por desigualdades. Por esse motivo, o autor atesta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (p. 44).

Em vista disso, enfatizamos que esses procedimentos de controle e de restrição do discurso têm grande participação na vontade de poder acerca dos corpos femininos e principalmente na vontade de verdade da sociedade que dita o que esses corpos (não) devem ser e (não) devem representar, seja no ambiente físico, seja no ambiente virtual. A sociedade faz uso desses procedimentos para validar e impor suas exigências e principalmente, para manter o controle do discurso nas mãos dos mais privilegiados, isso faz com que as mulheres continuem em posição de inferioridade e que possuam seus corpos objetificados, visto que esses corpos sofrem transformações para atender aos padrões impostos.

### **3.1 CONTROLE E PODER SOBRE OS CORPOS FEMININOS**

Conforme nos aponta Beauvoir (2016), desde os primeiros anos são atribuídas a meninas e a meninos diferenças de cunho sociocultural que impactam fortemente no processo de constituição desses sujeitos. Essas distinções são repassadas de pais para filhos e são reforçadas pelas crenças e padrões sociais que são impostos ao longo dos anos. A autora faz um panorama acerca do tornar-se mulher, visto que é uma construção social. Ela destaca os

processos que ocorrem desde a infância na formação da menina, que é severamente reprimida e controlada, diferentemente do modo como ocorre com os meninos.

Ao contrário, na mulher, há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro” [...] Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino. (BEAUVOIR, 2016, p. 25)

A partir dessa perspectiva, observa-se que, desde muito pequenas, as meninas são obrigadas a abrir mão de sua autonomia. Elas são criadas para agradar aos homens e para cumprir representações sociais pré-determinadas. Isso causa grande impacto no futuro dessas mulheres, pois elas possuem os seus destinos tradicionalmente construídos e, assim, são destituídas do papel de protagonistas da sua própria história. Essa imposição atravessa o mundo físico e se inscreve também no mundo virtual, ou seja, ela alcança até mesmo as redes sociais, afetando no modo como essas mulheres devem se apresentar e no modo como elas são apresentadas pelo outro.

Nesse sentido, Ribeiro (2017) ainda acrescenta que quando se fala das mulheres pretas, isso acontece de modo a colocar em pauta as características masculinas, pois se fala de mulheres em comparação com os homens, excluindo as próprias particularidades da mulher em si. Vale ressaltar, que assim como existe a universalização no gênero feminino, algo semelhante ocorre no gênero masculino, portanto, é importante demarcarmos de quais homens estamos falando e, nessa perspectiva, tratamos dos homens brancos, visto que homens negros e homens brancos vivem realidades distintas. Conforme aponta a autora, “é muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social.” (p. 40). Dado o lembrete, retomamos a ideia do modo de se pensar e falar sobre a mulher, nesse sentido, a autora ainda reforça o impacto da colonização no modo como essas mulheres são vistas, pois:

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pudesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem. (RIBEIRO, 2017, p. 35)

A partir dessa ideia, nota-se a necessidade de se deslocar desse olhar a fim de que as diferentes formas de ser mulher sejam ouvidas e respeitadas, uma vez que somos silenciadas e

diminuídas em todo momento. Solnit (2017) complementa essa ideia ao refletir sobre o fato de os homens explicarem tudo para as mulheres, episódio mais conhecido como mansplaining. Dessa forma, seja em redes sociais, seja fora das telas, vivemos com os homens nos dizendo o que devemos ser, como devemos agir, de que maneira devemos aparecer publicamente, quais cargos devemos ocupar e assim por diante. A autora afirma essa ideia ao dizer que:

Toda mulher sabe do que eu estou falando. São as ideias preconcebidas que tantas vezes dificultam as coisas para qualquer mulher em qualquer área; que impedem as mulheres de falar, e de serem ouvidas quando ousam falar; que esmagam as mulheres jovens e as reduzem ao silêncio, indicando, tal como ocorre com o assédio nas ruas, que esse mundo não pertence a elas. É algo que nos deixa bem treinadas em duvidar de nós mesmas e a limitar nossas próprias possibilidades – assim como treina os homens a ter essa atitude de autoconfiança total sem nenhuma base na realidade. (SOLNIT, 2017, p. 15)

A partir das reflexões apresentadas, reconhecemos que as mulheres tiveram suas vozes e seus corpos silenciados por um sistema de opressão que perdura até os dias de hoje. No entanto, nota-se que as mulheres têm tido um olhar mais atento para essas questões e estão buscando reivindicar os seus direitos. Com o advento das redes sociais, podemos consolidar ainda mais essa luta, pois ainda que seja um ambiente de opressão, também pode ser um meio de desconstrução e resistência a esse padrão sociocultural que é imposto às mulheres desde crianças.



#### 4 A CONCEPÇÃO DO CORPO FEMININO EM DIFERENTES DISCURSOS

Desde séculos passados, nomes e instituições importantes da religião e da ciência desenvolveram concepções estereotipadas acerca da mulher, como a Igreja Católica e o médico psicanalista Sigmund Freud, por exemplo. Embora cada um tivesse seu ponto de vista, a intersecção entre eles se dava no imaginário de uma mulher como ser subordinado/inferior ao homem. De acordo com Beauvoir (2016), “Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios, empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra.” (p. 19). Dessa forma, o corpo feminino foi violentado, ao longo da história, de diversas formas: foi anulado, foi silenciado, foi explorado e foi objetificado. Aqui, trataremos principalmente da sociedade patriarcal, cujo pensamento e ações encontravam respaldo em livros sagrados, em ditos populares, em obras literárias, perpetuando tal pensamento de geração para geração. O discurso grego teve papel fundamental nessa consolidação, bem como o discurso religioso e o discurso científico.

Os estudos de Colling (2015) nos mostram que a filosofia trouxe inúmeras reflexões para a sociedade e foi de grande importância para descobertas sobre o ser humano e suas particularidades biológicas, como as questões da mente e da sexualidade. No entanto, foram responsáveis por disseminar a ideia do corpo feminino como um objeto reprodutor, confrontando, assim, o ideal/opção da mulher solteira e independente, além de incentivar a noção de fraqueza e incompletude feminina, diferentemente dos homens, que eram vistos como seres proativos, fortes e detentores do conhecimento. Na Grécia Antiga, as mulheres eram destituídas das funções relacionadas ao conhecimento, então cabia aos homens atividades ligadas à política, à arte e à oratória.

Esse pensamento era compartilhado por filósofos como Aristóteles que, ao discorrer sobre a estrutura familiar e, ao buscar compreender a natureza feminina, faz distinção entre as representações a serem exercidas por cada membro da família de modo que à mulher era sempre tratada em condição de subserviência ao homem. Em *As partes dos animais*, o pensador afirma que “O primeiro desvio é exatamente o nascimento de uma fêmea em vez de um macho.” (ARISTÓTELES, 1957, p. 157, apud COLLING, 2015, p. 185). Outro exemplo desse tipo de pensamento é citado no prólogo da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (2016), no qual há uma fala de Pitágoras que também comprova e evidencia o posicionamento sexista e excludente que desde cedo atravessava o caminho das mulheres: “Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher”. (PITÁGORAS, apud BEAUVOIR, 2016, p. 7).

Além dos discursos do campo filosófico, Colling (2015) menciona outro discurso que perpetua a concepção equivocada do corpo feminino como objeto de submissão ao homem, como o discurso religioso cristão. Desde Adão e Eva, no cristianismo, a mulher era culpabilizada, nesse caso, pela expulsão de Adão do paraíso e, conseqüentemente, pela criação do pecado, por isso os corpos femininos precisavam ser vigiados e punidos, para que não houvesse pecado. Além disso, nesse mesmo contexto, tinha-se a ideia de uma sociedade primeiramente masculina, pois a mulher, Eva, veio posteriormente da costela do homem, Adão. Ao retomar Beauvoir (2016, p. 19), reforçamos ainda mais nossas considerações, pois a autora postula que:

As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios [...] Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas.

A partir das reflexões da autora, ainda falando de religião, na Idade Média, período de grande poder da igreja católica, as mulheres sofreram intensas perseguições e foram torturadas e violentadas de diversas maneiras por não seguirem as imposições da época, principalmente por serem acusadas de bruxaria e de manterem pactos, inclusive sexuais, com o demônio. Com isso, observamos que a religião, em especial, o cristianismo, impunha às mulheres a posição de esposa, mãe e cuidadora do lar, sendo única e exclusivamente submissa ao seu marido ou ao seu pai.

A ciência, de uma maneira geral, também contribuiu para a visão de inferioridade da mulher em relação ao homem. Desde os anos iniciais na escola, as crianças aprendem que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres, no entanto tais distinções passaram a justificar os ideais da supremacia masculina. Colling (2015) fala a respeito da visão de Freud, nos seus estudos iniciais, em relação à mulher. Para ele, a mulher era um ser incompleto, pois invejava o falo do homem e somente supriria essa falta ao parir um filho homem, mas, ainda assim, manteria sua posição de inferioridade.

Segundo ele, a sexualidade feminina é desenhada a partir do confronto com a “perfeição” masculina e marcada por uma insatisfação da mulher, de sua consciência da falta do pênis e na inveja dele. O feminino é definido como falta, privação, impotência – a mulher é um homem “incompleto”. (COLLING, 2015, p.196)

Outro exemplo do menosprezo ao corpo feminino observado no discurso científico faz referência ao fato de dizermos que “éramos um espermatozoide”. Beauvoir (2016) trata desse assunto ao discorrer que “com o advento do patriarcado, o macho reivindica acicamente sua

posteridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à mulher na procriação, mas admite-se que ela não faz senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador.” (p. 35-36). No entanto, comprovado biologicamente, sabemos que essa noção é equivocada, pois a geração do zigoto só acontece com a união do espermatozoide com o óvulo, nenhum deles sozinho é capaz de gerar um ser humano, pois cada um contém 23 cromossomos necessários para formar os 46 que possuímos, em condições normais. Conforme Beauvoir aponta:

Fundamentalmente, o papel dos dois gametas é idêntico: criam juntos um ser vivo em que ambos se perdem e se superam. [...] é pelo elemento masculino que se opera a variação de situação necessária ao novo desabrochar da vida, e é pelo elemento feminino que esse desabrochar se fixa em um organismo estável. (2016, p.41)

A partir dessa ideia, podemos desconstruir diversos discursos nas redes sociais, como os memes, por exemplo, uma vez que a mulher também tem papel fundamental na reprodução. É comum observarmos imagens de espermatozoides com a legenda “A única vez que eu ganhei uma corrida”, no entanto, como já discutido, não fomos um espermatozoide e nem participamos de uma corrida para alcançar o óvulo de nossas mães, pois o gameta masculino não é capaz de reproduzir sozinho, conseqüentemente não é uma vida que espera vir ao mundo.

Nesse sentido, é possível notar que o corpo feminino foi desde muito cedo subordinado às condições culturais de cada povo, em um determinado tempo histórico. Com a formação de uma sociedade patriarcal, desde o período colonial, as mulheres se viram desamparadas no tocante a direitos, a representatividade e a liberdade, pois as leis, os costumes e as diretrizes sociais passaram a ser criadas por homens e para homens, iniciando, assim, o ideal de supremacia masculina.

Dado esse breve panorama sobre algumas das diferentes concepções acerca da mulher e do corpo dela, passaremos a ideia central que perpassa este trabalho, qual seja, a de que a noção do corpo é advinda de uma construção sociocultural, histórica e política. Por isso, é permitido reformatá-lo e transformá-lo segundo as circunstâncias do momento, ainda que seja por meio de uma imposição. Colling (2015) traz Goellner (2015) para tratar do conceito de corpo:

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos,

espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz. (...) Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização nos quais circulamos cotidianamente. (GOELLNER, 2015, p. 135, apud COLLING, 2015, p.181)

Nesse sentido, levando em conta o acabamento provisório do corpo, a sociedade em geral se sente em posição de poder para transformar o corpo feminino e interferir no que é de posse da mulher para adaptar às suas próprias regras e interesses. Da mesma forma, as mulheres se sentem obrigadas a realizarem diferentes transformações para atenderem aos padrões impostos pela sociedade. É nesse processo de (des)construção do corpo feminino que se instalam as relações de poder, pois:

Tais relações estão, de forma intrínseca, relacionadas com a produção de determinados saberes – sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre o que é ser homem ou mulher em determinado lugar ou tempo histórico. Ou seja, as relações de poder atuam (imbricadas numa rede de saberes) através ou sobre os corpos, em determinados contextos, produzindo efeitos de sentido, produzindo identidades sociais e culturais particulares. (DOS SANTOS ANDRADE, 2003, p. 122)

Com isso, reforçamos a ideia de que a sociedade se sente, a partir de uma relação de forças, em uma posição de poder que estabelece uma vontade de verdade acerca dos corpos femininos. Como proposto por Foucault (2012), existem procedimentos de exclusão do discurso que validam o que é ou não é aceito e, principalmente, fazem prevalecer a vontade/opinião própria em detrimento das crenças e ideais do outro. Mais do que isso, observamos uma política do silêncio baseada na censura dos corpos femininos.

#### **4.1 O CORPO FEMININO REPRESENTADO NAS REDES SOCIAIS**

Diante da concepção de corpo adotada, neste trabalho, como uma construção social, histórica e política, visamos enfatizar o modo como esse corpo feminino é (re) construído nas e pelas redes sociais, com ênfase no Facebook e no Instagram. Como já mencionado anteriormente em outro capítulo, a partir das formações imaginárias são criadas imagens acerca da posição que o sujeito ocupa no discurso. O que ocorre, no caso das redes sociais, é que são criadas imagens sobre o corpo da mulher e sobre a posição que o corpo dela ocupa, atribuindo estereótipos a essas imagens.

No mundo midiático, costuma-se seguir um modelo de postagens que transmite ao visitante da página, seja no Facebook, seja no Instagram, a sensação de que aquele sujeito possui uma vida e uma aparência “perfeitas” em que todas as coisas ocorrem como planejado. No entanto, fora das telas, as mulheres se deparam com uma luta interna consigo mesmas a fim de que possam manter esse arquétipo de perfeição, principalmente da beleza, para que sejam aceitas socialmente. Essa vontade de verdade acerca do corpo feminino é uma forma de interdição daquilo que não é considerado socialmente e, por isso, é censurado. Amorim (2009, p. 69) certifica que:

A vontade de verdade, contudo, é ignorada em relação a uma verdade carregada de riqueza e fecundidade que se projeta aos nossos olhos e que promove o controle, a delimitação e, ainda, a interdição daquilo que incomoda, que foge aos padrões vigentes. É por meio do discurso que os conflitos sociais podem ser materializados nas práticas discursivas.

Conforme as ideias da autora, assumimos neste estudo o ponto de vista de que a vontade de verdade interdita aquilo que foge das exigências impostas às mulheres. Através da vontade de verdade de uma determinada sociedade mostra-se não só o que deve ser repercutido nas redes sociais, mas acima de tudo, trata-se daquilo que é proibido mostrar. Exige-se que as mulheres estejam sempre arrumadas, com o cabelo liso, com as unhas feitas, com o corpo magro e, para atender a essas imposições, elas vivem em constante luta contra o próprio corpo. Wolf (1992) traz a noção de mito da beleza que está em conformidade com o que apresentamos até aqui, assim, ela afirma que:

Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. Ele é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da Mística Feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social. [...] para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade já não conseguem impor. (WOLF, 1992, p.12-13).

Sendo assim, a partir dessa nova forma de manter o poder sobre os corpos femininos – o mito da beleza – a indústria da beleza, capitalista, entra em cena para lucrar através do dilema que a mulher vive com o próprio corpo, criando diversos produtos e procedimentos que prometem fórmulas milagrosas para a conquista do corpo “perfeito”. A venda desses modos de alcançar os padrões estéticos ocorre de modo irresponsável, uma vez que, em muitos casos, as mulheres não são alertadas a respeito dos riscos cirúrgicos e das possíveis

sequelas que podem surgir, além disso, também podemos identificar profissionais incapacitados e que usam produtos e materiais indevidos para a realização dos procedimentos, ocasionando até mesmo na morte da paciente. As próprias redes sociais criam mecanismos para que seja possível alcançar os padrões de beleza, virtualmente, como a criação de filtros para fotos e vídeos, que imediatamente camuflam as “imperfeições”, aquilo que é proibido, e fornecem meios de correção, como maquiagem, afinar o nariz e remover espinhas e marcas da pele.

Problematizando ainda mais a situação, em se tratando de mulheres pretas, observamos o quanto as práticas racistas dominam esse meio virtual. Isso ocorre porque, quando as mulheres pretas se equiparam às mulheres brancas em relação à ascensão social, a posições de visibilidade ou até mesmo ao consumo da indústria da beleza, elas são ridicularizadas e inferiorizadas pela cor. Em razão disso, acreditamos que seja necessário discutir não só a questão de gênero, mas principalmente a questão da raça, que ainda é colocada em segundo plano.

Concluindo, as redes sociais são um meio pelo qual circulam com maior rapidez a imposição do corpo feminino idealizado, que foge dos corpos naturais e que representam os corpos que mais se aproximam da “perfeição”. Além disso, é nas e pelas redes sociais que os padrões do ambiente físico são reforçados, pois não basta a cobrança sofrida pelas mulheres fora das telas, essas cobranças são ampliadas na esfera virtual.

## 5 O FEMININO E A NECESSIDADE DE UM MOVIMENTO INTERSECCIONAL

O foco de análise do presente trabalho consiste em promover, à luz das teorias da Análise do Discurso materialista, um espaço de reflexão e de oportunidade para vozes femininas se apresentarem ou serem representadas. No entanto, é importante reconhecer o privilégio que as mulheres brancas possuem em detrimento das mulheres pretas, uma vez que as problemáticas enfrentadas por elas são de viés distintos, conseqüentemente suas reivindicações não são as mesmas. Enquanto as mulheres brancas lutavam para conquistarem direitos básicos em uma sociedade, as mulheres pretas lutavam para serem reconhecidas como sujeitos dessa sociedade. Angela Davis nos traz uma explicação sobre o quanto o racismo foi cruel e o quanto perdura até os dias de hoje. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) afirma que:

Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. [...] o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. [...] O padrão do abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornou tão forte que conseguiu sobreviver à abolição da escravatura. (DAVIS, 2016, p. 180)

A partir da perspectiva da autora, notamos que o processo de escravização teve forte influência na visão de controle sobre os corpos pretos femininos. Tal violência teve impacto direto na construção de um modo de agir e de pensar pautado em práticas sexistas, racistas e até mesmo divisoras dentro do próprio gênero feminino. Além disso, é possível perceber que organizações e grupos de opressão se utilizaram da violência como arma política para dificultar e mais do que isso, impossibilitar os movimentos que lutam pela igualdade racial.

Atualmente, essas desigualdades em relação à raça são abordadas nos relatos feitos por Ribeiro (2018), quando ela diz que, na escola, especificamente em 1988, papéis importantes não eram dados a ela com facilidade, ainda que ela fosse uma excelente aluna, pois ela conta que, no dia do livro, em uma apresentação, “a professora havia escolhido uma colega de classe branca de cabelo liso que não lia bem. Eu já lia com fluência, mas mesmo assim a professora relutou.” (p. 11).

Outro relato da autora que demonstra notoriamente essas discriminações é quando ela descreve sua luta contra o próprio cabelo crespo. Muitos já ouviram expressões como “cabelo duro”, “cabelo ruim”, “cabelo de negro”, e elas representam o quanto a sociedade cria

estereótipos acerca daquilo que deve ou não deve ser aceito. Isso faz com que, reprimidas, as mulheres pretas fujam de suas origens e busquem se reformatar para atender aos padrões europeus de opressão, uma vez que, nas palavras de Djamila Ribeiro: “a vontade de ser aceita nesse mundo de padrões eurocêntricos é tanta que você literalmente se machuca para não ser a neguinha do cabelo duro que ninguém quer.” (p. 14).

Por isso, para que a luta coletiva seja eficaz, é necessário que as discussões sejam pautadas no interesse de todas as mulheres, isso significa atender aos interesses das mulheres pretas, das mulheres transexuais, das mulheres lésbicas, ou seja, é importante colocar em pauta não só as questões de gênero, mas também as questões de raça, de identidade de gênero, de orientação sexual, em suma, as várias possibilidades de ser mulher. Nesse viés, ao estudar os movimentos feministas desde o seu surgimento, observamos que eles aconteceram em três grandes ondas.

De acordo com Ribeiro (2018) a primeira trata-se da luta pelo direito ao voto e pelo direito ao trabalho sem que haja necessidade de autorização do marido. A segunda teve sua relevância na luta pela valorização do trabalho feminino, pelo direito ao prazer e pelo combate à violência sexual e à ditadura. Já a terceira traz críticas no tocante à desconstrução do próprio movimento, colocando em reflexão o rompimento da noção de gênero binário e também do discurso universal sobre as mulheres, que não leva em conta as especificidades de cada recorte pertinente dentro do próprio gênero. Esse é um apontamento de grande relevância ao feminismo, pois ele teve como base a mulher branca de classe média, em uma perspectiva eurocêntrica, ou seja, baseada na visão eurocêntrica do mundo e dos acontecimentos. Diante disso, a autora afirma que:

Se a universalização da categoria “mulheres” não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder. [...] O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (RIBEIRO, 2018, p.47)

Assim, compactuamos com a postura da autora no tocante a incentivar a luta feminista, que prega a equidade dos gêneros, mas desde que seja um feminismo plural, que trate das urgências de todas as mulheres e não seja fundamentado apenas em uma perspectiva eurocêntrica e na branquitude, pois esse viés alimenta cada vez mais as hierarquias, que são justamente as pautas de críticas do movimento ao sistema opressor. Não cabe a nós



priorizarmos lutas por uma opressão ao invés da outra, é preciso pensá-las de forma intrínseca, para que não ocorra mais de as mulheres pretas serem invisibilizadas como sujeitos do feminismo.

## 6 ANÁLISE: DO CORPO FÍSICO AO VIRTUAL

Diante do exposto e da necessidade de ampliar os espaços em que as vozes femininas ecoam e são valorizadas, selecionamos imagens coletadas tanto de publicações no Facebook, quanto de publicações no Instagram para que, à luz das teorias da Análise do Discurso Materialista e do estudo de mulheres que voltaram suas pesquisas para o universo feminino, possamos exemplificar as discussões que realizamos até o momento no tocante às ligações entre sujeito, ideologia e historicidade; às significações dos silêncios e dos silenciamentos; às relações de controle e de poder nos discursos; às formas como o corpo feminino é tratado no ambiente virtual; à relevância de um movimento feminista interseccional. De modo geral, analisamos dizeres e imagens, em uma perspectiva multissemiótica, que nos permitem refletir sobre a representação e a re(construção) do corpo feminino no espaço virtual, promovidas por exigências sociais cujas demandas são inalcançáveis.

Para isso, foram selecionadas, inicialmente, 30 publicações nas redes sociais, sendo 8 delas analisadas neste capítulo. Buscamos encontrar publicações que tratassem dos corpos femininos de forma opressiva, para então investigar de que maneira esses corpos eram representados e quais as consequências que essas representações provocavam no modo como as mulheres enxergavam e representavam a si mesmas. Esse processo resulta de uma representação – de si e do outro – que advém de padrões e estereótipos estabelecidos socialmente, responsáveis por induzir os sujeitos a seguir o ideário que dita o que pode e o que deve ser valorizado e alcançado.

Nesse sentido, o primeiro objeto de análise se trata de uma publicação encontrada em uma página do Facebook, intitulada “A Folha Preta”. A postagem foi feita como uma forma de denunciar o racismo que circula na rede social, principalmente por meio da desvalorização das pessoas pretas e do enaltecimento das pessoas brancas. No próprio post, a página afirma que vem identificando a circulação de memes racistas que são lidos como piadas e brincadeiras por meio de um discurso que se volta para a conscientização do leitor acerca dessas práticas. Assim, “A Folha Preta” fez uso de uma imagem que foi publicada por outros usuários da rede para que pudesse expor que aquele conteúdo reforça o racismo e afeta a autoestima de muitas mulheres pretas. A figura empregada para noticiar o racismo conta com uma comparação que comumente ocorre nas redes sociais: a de “minha irmã X sua irmã” e a de “a menina que quer ficar comigo X a menina que quer ficar com você”. No entanto, para provocar o riso, essas postagens costumam fazer uso de crenças racistas, gordofóbicas ou até mesmo transfóbicas, que analisaremos a seguir.

Figura 1 – Meme que propaga o racismo dentro do gênero feminino.

A irmã de Vcs // minha irmã



Fonte: Página “A Folha Preta” – Facebook<sup>1</sup>.

Esse primeiro objeto de análise nos apresenta o que Ribeiro (2018) trouxe em seu estudo a respeito da necessidade de apoiarmos um movimento feminista interseccional, que atenda às demandas de todas as formas de ser mulher. Isso porque, na imagem acima, as mulheres em questão são representadas a partir de estereótipos, porém, de formas diferentes: uma representa o ideal de beleza valorizado pela sociedade, enquanto a outra representa o que a sociedade reprova em termos de aparência feminina (a mulher bonita X a mulher feia). Geralmente, quando encontramos no gênero meme – muito disseminado nas redes sociais – frases como “a irmã de vocês” e “a minha irmã” em comparação, intencionalmente, o autor espera que haja humor, no intuito de “brincar” com alguém da família ou com algum amigo. No entanto, esse riso advém do menosprezo da mulher preta em detrimento da mulher branca pautado em práticas racistas, portanto de brincadeira não tem nada. Ribeiro (2018) confirma essa ideia ao escrever que “o que se vê é um humor rasteiro, legitimador de discursos e práticas opressoras, que tenta se esconder por trás do riso.”.

Na imagem, a mulher que ocupa a posição superior, ou seja, a irmã do outro, é representada por uma adolescente branca, de corpo magro, de cabelo liso, maquiada e que usa “roupas da moda”. Além disso, essa mulher possui características corporais que a sexualiza, ou seja, a erotização dessa “irmã” faz com que ela seja percebida como objeto de desejo dos homens, vista não mais como uma criança, mas como uma mulher bonita e, por isso, desejada. Em suma: “a irmã de vocês” consiste na mulher que é socialmente considerada o padrão de beleza a ser seguido pelas outras, a fim de instigar o olhar masculino. Em

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/afolhapreta/posts/1563711647144177>>. Acesso em: 12/04/2021.

contrapartida, a mulher que ocupa a posição inferior, ou seja, a irmã do “eu”, aquele que produz e que compartilha o meme, é representada por uma criança preta, com o cabelo crespo, sem as curvas que são altamente valorizadas e sem maquiagem, fugindo assim dos olhares de desejo, pois essa é aquela que, socialmente, é considerada feia por não atender aos padrões de beleza que são impostos às mulheres.

Nesse sentido, percebe-se uma postura que atribui diferentes estereótipos que causam rivalidade entre as mulheres, pois se incita uma disputa entre elas sobre quem é mais bonita e quem é mais feia, diante dos arquétipos já estipulados. Isso influencia não só em questões internas do gênero feminino, mas também em questões particulares de cada mulher, como a autoestima e a autoaceitação. Dessa forma, quem compartilha e quem comenta esse tipo de meme, acaba compactuando com os ideais que ele dissemina, uma vez que os sentidos perpassam as superfícies das palavras. Ao dizermos algo, carregamos, com as novas formulações, enunciados já-ditos em outras circunstâncias, por outros sujeitos e em outro momento histórico. Assim, as condições de produção desse discurso remetem, em um sentido amplo, a falas e a práticas anteriores que, por questões históricas, culturais e políticas, atribuíram às mulheres pretas posições de subserviência aos homens e às mulheres brancas, por isso, a imagem analisada ainda carrega consigo essas crenças.

Já em uma perspectiva de sentido estrito, ou seja, daquilo que provém dos já-ditos que passaram pelo processo de esquecimento para que assim possam fazer sentido em nossas palavras, observamos que a ideologia que atravessa esse meme ainda se apega em condutas racistas, mesmo que, na maioria dos casos, haja uma negação desse posicionamento por parte do interlocutor, que acredita ser a origem do que diz. No entanto, o esquecimento ideológico, tratado por Orlandi (2020) com base nos estudos de Pêcheux, nos confirma que o nosso dizer é atravessado por dizeres anteriores e, conseqüentemente, por ideias propagadas por outros sujeitos, em outras circunstâncias e em outros momentos históricos.

A autora também afirma que “O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.” (ORLANDI, 2020, p. 50). Diante disso, o sujeito não é a origem do que diz e não lhe é permitido atribuir ao discurso o sentido que bem entender, pois somos sujeitos submetidos à língua, à história e à ideologia, por isso, somos constituídos por dizeres anteriores. Daí a importância de recuperar a noção de assujeitamento, visto que somos livres, porém submissos à língua, à memória discursiva e às experiências pessoais.

Sendo assim, com base na Figura 1, podemos conceber que os discursos machistas e racistas do ambiente físico alcançam as redes sociais e têm papel fundamental na perpetuação de crenças que ainda colocam a mulher em posições de inferioridade e de ridicularização, principalmente por meio do riso. No entanto, isso não se dá de modo generalizado no cenário virtual, pois não são todas as publicações do meio que contém essa representação feminina. O sujeito do dizer se apresenta, muitas vezes, como o homem branco, heterossexual, conservador e com maior poder aquisitivo. Ribeiro (2018, p. 29) contribui para a análise proposta ao confirmar que “Sendo a sociedade racista, o humor será mais um espaço onde esses discursos são reproduzidos. Não há nada de neutro – ao contrário – há uma posição ideológica muito evidente de se continuar perpetuando as opressões.”.

Portanto, compreende-se que o processo de paráfrase predomina nesse discurso uma vez que ele é voltado para a estabilização dos sentidos, mantém-se um dizer já consolidado, que não abre espaço para o processo polissêmico, ou seja, da criação de novos sentidos e da ruptura com os já-ditos. Em outras palavras, mantém-se um posicionamento racista e de acordo com os padrões estéticos criados socialmente sobre os corpos femininos e não ocorre a desconstrução desses modos de agir e de pensar.

Seguindo as análises, selecionamos outra postagem que corrobora a compreensão do que está sendo abordado neste estudo. Tal objeto de análise foi selecionado a partir de uma página de memes encontrada na rede social Instagram. Nele, encontramos duas faces que representam o corpo feminino, sendo que, em uma delas, a mulher se encontra solteira e, na outra, a mulher está comprometida, ou seja, o corpo feminino é representado com base no estado civil da mulher e isso está intimamente ligado aos padrões de beleza que são impostos socialmente e principalmente com o fato de a sociedade regular uma conduta feminina que seja baseada no interesse, na busca e nos desejos dos homens.

Assim, se na figura 1 notamos um riso baseado no racismo, na figura 2, o riso é proveniente da gordofobia. Culturalmente, o corpo gordo é estereotipado como feio, mas outros arquétipos também são atribuídos a ele, como adoentado, compulsório e displicente. Na imagem a seguir, é reproduzida a crença de que as mulheres vivem exclusivamente por e para os homens – retira-se dela a sua autossuficiência, a sua liberdade, a sua autoaceitação e o seu amor próprio. Não é encontrado nesse discurso nenhum sinal de cuidado com a saúde feminina, pelo contrário, nota-se a delimitação da imagem que o corpo da mulher deve apresentar e a importância da visão do homem sobre essa imagem, retomando a discussão acerca das formações imaginárias.

Figura 2 – Representação feminina de acordo com o seu estado civil.



Fonte: Página “Memes 24HS” – Instagram<sup>2</sup>.

Nessa imagem, podemos distinguir dois tipos de representações de mulheres, a solteira e a que namora. A mulher solteira é representada com o corpo magro, já a mulher que namora é representada com o corpo gordo. Isso porque a mulher solteira, segundo a sociedade, precisa estar adequada aos padrões estéticos de beleza para que consiga atrair um olhar masculino. Ela necessita manter um corpo magro e a aparência sempre impecável. Já a mulher comprometida, como já cumpriu com as obrigações sociais de ter um homem ao seu lado, é vista como aquela que deixa de se cuidar e por isso ganha peso, negligenciando a sua beleza. São atribuídos a ela os arquétipos vinculados ao descuido, à irresponsabilidade, à compulsão, à doença, sem nem conhecer o seu histórico médico ou se preocupar com a saúde propriamente dita. Preocupa-se somente com a aparência e com o posicionamento que o homem terá diante do corpo que lhe é apresentado, retirando da mulher a sua posição enquanto sujeito do mundo e lhe designando uma posição de objeto, de produto, de mercadoria a ser consumida.

Beauvoir (2016) afirma que, desde a infância, as mulheres são condicionadas a agradar os homens e a se destituir de sua autonomia e de sua liberdade, como mencionamos no capítulo 3.1, em que tratamos do controle e poder sobre os corpos femininos. Segundo a autor, é-nos ensinado o modo como devemos nos comportar, nos vestir e nos comunicar. É apontado a nós o que podemos dizer e também o que não podemos dizer. São determinados a nós os lugares em que devemos estar presentes e os lugares nos quais a nossa presença é proibida. São preestabelecidas a nós as representações sociais que nos são permitidas ocupar e as representações sociais que nos são interditas. Com base nisso, podemos notar que, no

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B6OsfTuH-kh/>>. Acesso em: 12/04/2021.

discurso da figura 2, existe a noção de que as mulheres devem encontrar um companheiro para que possam formar uma família e gerar descendentes, mas, para isso, precisam se adequar ao que é padronizado como bonito. É exigido que essa mulher se comporte de acordo com o que lhe foi determinado desde a primeira infância. Caso isso não ocorra, ela é punida por meio da ridicularização e da interdição de seu corpo. Nesse sentido, é válido lembrar o que Wolf (1992) apresentou acerca do mito da beleza. Segundo a autora:

A qualidade chamada “beleza” existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher precisa corresponder à sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável. (WOLF, 1992, p. 14-15).

Assim, para a sociedade patriarcal e racista, é concebida a ideia de que beleza e fertilidade devem andar lado a lado, pois existe nessa relação um caráter biológico, de evolução e de reprodução. Essa “beleza” é ainda mais incisiva quando coloca em pauta não só o corpo, como também a cor da pele. A ideia trazida pela autora a respeito do que o mito da beleza estabelece para as mulheres, de a beleza ser uma qualidade que as mulheres devem atingir a fim de que os homens sejam atraídos por elas, nos faz identificar outra questão importante que pode ser tratada a partir da Figura 2: a representação da mulher gorda. Pelo fato de o corpo gordo não ser considerado, de acordo com os padrões socioculturais, bonito e desejável, a mulher comprometida é representada por meio dele. É como se a mulher que já atingiu o objetivo atribuído a ela, não mantivesse mais a “beleza” de antes, visto que ela já possui ao seu lado alguém que a ama, ou seja, já atingiu o propósito de vida que é imposto a todas as mulheres, o de estar com um homem, e por isso, passa a se “descuidar”, a “relaxar” e, conseqüentemente, ganha peso.

Sendo assim, essa visão está completamente pautada em ideais gordofóbicos, ou seja, nas crenças de que as pessoas gordas são descuidadas, pouco competentes e famintas. Isso porque esse posicionamento menospreza e inferioriza as mulheres que possuem um corpo que não atende às demandas dos padrões estéticos, atribuindo a elas uma ideia de descuido, e de alimentação exagerada. Mais do que isso, esse posicionamento ridiculariza o corpo gordo e traz uma representação da mulher como um sujeito que está sempre buscando agradar os homens e não a seguir as suas próprias vontades. É negado socialmente a ela o direito de ser como bem deseja, de viver com o seu corpo do modo como ele é e até mesmo de corresponder

ao seu biotipo corporal, que não depende exclusivamente de questões sociais, mas também de questões biológicas que variam de pessoa para pessoa. Também é negado a essa mulher o seu direito de expressar a sua orientação sexual, pois a sociedade dita que ela deve agradar e deslumbrar apenas o homem, excluindo do discurso as mulheres lésbicas e bissexuais.

Diante do exposto, notamos que a parte dominante usa da violência contra o corpo da mulher para silenciar aquilo que não corresponde ao que é imposto, ou seja, os corpos gordos são silenciados e interditados, para que os corpos magros ocupem as posições de destaque e de maior prestígio. Assim como as mulheres pretas possuem seus corpos silenciados, as mulheres gordas também possuem seus corpos censurados. Porém, se a mulher é negra e gorda, ela é duplamente silenciada, pela cor e pela forma de seu corpo. Por esse motivo, retomamos os estudos de Orlandi (2007) para contribuir com a afirmação de que os opressores se utilizam de mecanismos para silenciar aquilo que não condiz com os arquétipos vigentes. No caso do meme analisado, a censura e a aversão ao corpo gordo e ao que está relacionado a ele, delega a esse corpo um espaço à margem dos padrões sociais, ainda que seja no ambiente virtual, visto que percebemos um grande condicionamento à prática de dietas, de procedimentos estéticos e de receitas milagrosas que não se preocupam com as questões de saúde, mas sim com a aparência.

Por último, também é possível perceber que nesse meme existe o desejo de controle e de poder sobre o corpo feminino ali representado. Esse controle determina como o corpo deve ser, quais comportamentos ele deve apresentar e como ele não pode ser livre, o que remete ao que Foucault (2012) denomina rituais, ou seja, é determinado para os sujeitos as qualificações que eles devem possuir e, também, as representações preestabelecidas que deve desempenhar. Em contradição a esse posicionamento, compreendemos que o corpo gordo não deve ser visto e representado virtualmente como algo ruim, mas como a representação de corpos reais, que existem não só no mundo virtual, como também no ambiente físico. Esse corpo trata daquilo que é concreto e que efetivamente existe e não daquilo que é idealizado e inalcançável.

Dando continuidade a essa reflexão, na sequência, o foco da discussão será as representações dos sujeitos de acordo com crenças patriarcais e machistas que foram repassadas ao longo dos anos. Além disso, também será discutido o quanto a estética, perante a sociedade, está à frente da capacidade, da inteligência e da competência da mulher. Para isso, selecionamos uma publicação do Facebook que trata da jogadora de futebol, Marta Vieira da Silva. A publicação não exalta o seu profissionalismo, mas traz como ponto



principal o fato de que se entrar em campo usando batom se tornar um hábito, os jogadores do time masculino adversário também irão aderir a essa prática.

Figura 3 – Jogadora Marta e as mulheres no futebol.



Fonte: Página “Clã palestrino” – Facebook<sup>3</sup>.

A jogadora da seleção brasileira alcançou grande prestígio pelo seu talento e, por isso, conseguiu atrair maior visibilidade para o futebol feminino. Marta foi eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e já ultrapassou grandes nomes do futebol masculino durante a sua carreira. No entanto, ainda há muito que percorrer para que as mulheres tenham o seu reconhecimento no meio esportivo, principalmente naqueles esportes que são culturalmente destinados aos homens.

No *corpus* acima, o talento de Marta não foi citado, muito menos as suas conquistas e as suas premiações, uma vez que o objetivo da postagem é, mais uma vez, colocar como cerne da questão o futebol masculino, pois socialmente existe a crença de que esse esporte deve ser praticado por homens e somente eles entendem o seu funcionamento. Quando as mulheres demonstram conhecimento sobre o assunto, sempre são questionadas e precisam provar o seu saber a fim de que não sejam ridicularizadas. O que comprova essa afirmação é o fato de haver inúmeras discrepâncias entre o futebol feminino e o futebol masculino no que se refere ao patrocínio, à exposição na mídia e à proposta salarial.

Nesse sentido, o corpo feminino é representado somente como um coadjuvante para que se possa falar sobre o que verdadeiramente interessa para a sociedade machista, os

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/clapalestrino/posts/2364169860506323>>. Acesso em: 12/04/2021.

homens. Assim, nota-se que, nessa postagem, o corpo feminino é inferiorizado e é destituído da posição de protagonista, juntamente com a habilidade futebolística da mulher, pois o post corresponde aos ideais que ditam as representações dos sujeitos, ou seja, o que eles podem ou não cumprir. Dessa forma, trazendo o estudo de Orlandi (2007) a respeito da política do silêncio, observamos mais uma situação em que as mulheres e os seus corpos são silenciados para que não possam ganhar visibilidade e nem caminhar em direção oposta à dos padrões que lhes são impostos, impedindo-as de exercer sua liberdade e reforçando o controle sobre elas.

Além disso, por meio dos mesmos estudos da autora sobre o silêncio, é possível afirmar que o fato de o meme não tratar das competências da jogadora Marta em campo não foi por acaso – esse silêncio é presença, é significativo. Ele representa uma postura que não valoriza as mulheres no futebol. Daí a importância de termos estudado a respeito do silêncio constitutivo, pois é por meio dele que se diz uma coisa para necessariamente não dizer outra, excluindo os sentidos que o locutor não pretende reproduzir. Nesse caso, o locutor não intenciona destacar as habilidades das mulheres no esporte.

Nota-se também a relevância de termos diferenciado a noção de silêncio da noção de implícito, conforme os estudos de Orlandi (2007), pois ainda que haja o argumento de que a valorização da mulher no esporte está implícita nessa postagem, logo refutamos essa ideia, uma vez que esse não dito (o silêncio) não remete ao que é dito no meme, ou seja, ele se mantém no lugar de silêncio significativo e não se reduz a um complemento da palavra. Não é necessário que se diga no meme que a jogadora Marta atuou muito bem em campo para que possamos compreender o texto da legenda, que provoca o time adversário. Não existe, nesse caso, uma relação de dependência entre o silêncio e o dizer para que possa ocorrer a significação, portanto, não corresponde à noção de implícito. Corresponde a uma falta significativa.

Por último, é interessante chamar a atenção para a forma com que a palavra “moda” é empregada nessa imagem. O texto da publicação diz “se essa moda pega, ninguém segura os jogadores do São Paulo”. Destacamos que aqui, o vocábulo possui um sentido negativo, como se o uso de batom no futebol não fosse uma prática favorável, e mais, como se o uso de batom por homens fosse uma prática proibida e motivo de gozação. No entanto, para a jogadora, o uso do batom é uma moda, tendo a palavra compreendida como gosto pessoal, pois a jogadora fez uso do produto porque lhe agradou e como uma forma de resistência às opressões sofridas pelas mulheres no mundo futebolístico, ressaltando a falta de patrocínio para os times femininos, por isso, ela utilizou a marca pela qual recebeu apoio financeiro, a Avon.

Sendo assim, notamos que existem dois efeitos de sentidos diferentes que podem ser depreendidos da imagem analisada, isso ocorre justamente porque as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos do discurso – o interlocutor e a mulher representada – são diferentes, conseqüentemente as formações ideológicas também são. Essas posições advêm das formações imaginárias, pois concebemos que os sentidos não estão somente nas palavras, em um viés literal, mas são dependentes das posições ideológicas que estão em pauta nesse discurso, que foi produzido em uma determinada conjuntura sócio-histórica.

Em suma, a palavra “moda” utilizada para se referir ao uso do batom, possui significações distintas, uma vez que, de acordo com as discussões de Orlandi (2020), as palavras podem desencadear significados diversos com base nas formações discursivas e ideológicas às quais elas pertencem. Isso irá depender das condições de produção nas quais os sujeitos estão inscritos e no modo com eles são afetados pela língua, pela ideologia, pela história. Para Marta, o batom é uma moda, porém não afeta o seu desempenho em campo. Para o interlocutor, o batom é de uso exclusivo das mulheres, e caso utilizado por homens, provocará riso. Ele não reproduz uma competitividade saudável, relacionada à habilidade em campo, mas somente busca incomodar o adversário, do futebol masculino, por meio de discursos preconceituosos e pautados em padrões de representação do sujeito para cada gênero.

Prosseguindo para outro objeto de análise, percebemos que algumas postagens procuram construir uma rivalidade entre as mulheres e se utilizam de discursos que tratam de uma hierarquia entre as mulheres e da estereotipia da mulher louca, que além de ser um termo capacitista, pois discrimina as deficiências e as limitações dos sujeitos, também desvalida as emoções da mulher e os motivos pelos quais elas experienciam determinados sentimentos e reações. Esse comportamento também é comumente observado em relacionamentos abusivos, nos quais a mulher é manipulada até que ela mesma passe a deslegitimar os seus argumentos e a sentir-se culpada pelas atitudes de seu companheiro. Assim, além de ser representada virtualmente e fisicamente, de acordo com uma concepção machista, ela mesma passa a se representar como uma mulher “louca”. Esse discurso está presente na Figura 4 que será analisada a seguir.

Figura 4 – Estereótipos atribuídas à mulher.

Ele: nossa vc é diferente não é  
louca nem surtada igual às outras  
Eu:



Fonte: Página “Deu ruim” – Instagram<sup>4</sup>.

A Figura 4 traz uma publicação que retoma a clássica violência sofrida pelas mulheres: o rótulo de loucas. Esse tipo de rotulação é utilizado para regular as ações delas, funcionando como uma forma de controle exercido por uma sociedade machista. Desse modo, ao considerar as mulheres como incapazes de agir, de pensar e de questionar, conseqüentemente, exerce-se uma forma de silenciamento sobre elas. Nota-se que existe um procedimento de exclusão nesse discurso, como proposto por Foucault (2012), pois as mulheres são interdidas, levando em conta que suas palavras são proibidas. Assim, elas são destituídas do direito privilegiado de falar sobre determinado assunto, tendo em vista que esse procedimento afirma que não é todo mundo que pode falar sobre qualquer assunto. Isso acontece com maior incidência quando as mulheres falam aquilo que a censura proíbe e, desse modo, elas são rotuladas para que seus discursos não sejam legitimados e nem reproduzidos.

Nessa figura, o desejo de manter o poder sobre o corpo feminino e sobre o discurso da mulher se concretiza por meio da política do silêncio, visto que cala aquilo que o sistema não quer que seja reproduzido. Assim, quanto mais direitos são concedidos às mulheres, maiores são as tentativas de silenciá-las, seja por meio da censura, seja por meio dos padrões estéticos. A partir de uma concepção machista, proferir que uma mulher não é louca e nem surtada como são as outras é um elogio, pois garante um status de aprovação à mulher, pelo fato de que ela se enquadra nas características que socialmente o homem – branco – espera de uma

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CA0jl4rD8Od/>>. Acesso em: 12/04/2021.

pretendente. Diante desse cenário, é esperado da mulher que ela mantenha uma postura recatada e condescendente com os padrões impostos, pois ela deve sentir-se lisonjeada por receber esse “enaltecimento”, o que na verdade nada mais é do que um enfraquecimento da união das mulheres promovido por meio do fomento do embate entre elas e da sua decorrente ruptura.

As condições de produção dessa materialidade discursiva remetem a uma memória que tem por objetivo rotular, desmerecer e deslegitimar a mulher, o seu corpo e o seu pensamento. Não se pode dizer que se trata de um discurso neutro, pois ainda que não contenha, explicitamente, um tom agressivo, as palavras ditas por outra pessoa e em outro lugar, sustentam esse dizer e mais do que isso, constituem esse dizer. De acordo com Orlandi (2020, p. 32), “[...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras.”. Por isso, não tratamos aqui especificamente da intenção de quem produziu ou compartilhou essa imagem, mas da memória que ela carrega e que marca com ela as filiações políticas e ideológicas de sujeitos que validam um dado discurso, que é reproduzido ao ser compartilhado nas redes sociais.

Muitas mulheres passam a internalizar essa ideia de que toda mulher é louca, devido a tantas vivências negativas que elas já enfrentaram. Assim, elas também se representam no meio virtual a partir desses estereótipos. No entanto, isso pode ser encarado de duas maneiras: a primeira delas diz respeito ao fato de que a mulher entende essa “loucura” como uma característica de si mesma e a segunda concerne na ideia de que a mulher se apropria desse estereótipo, ou seja, toma-o para si, mas de modo a resistir ao seu sentido anterior. Em outras palavras, a mulher pode ser manipulada e passar a duvidar de si mesma ou então ela pode se equipar dessa denominação – louca – de modo a significar aquilo que foi proibida de dizer, ou seja, ocorre a migração de sentidos.

Nesse último caso, a mulher ocupa a posição que lhe foi imposta, para contrariar e resistir aos padrões. Ocorre o que Foucault (2012) denominou comentário, parte-se de um discurso primário, para construir novos discursos, colocando em pauta o que estava silenciado e acrescentando outros sentidos. Conforme atesta Orlandi (2020, p. 47), “O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores.”. Nesse caso, o dizer pode passar por um processo polissêmico e adquirir novos sentidos: a mulher “louca” compreendida não mais como frágil, mas como forte e disposta o suficiente para se defender das violências que possam vir.

Entretanto, ainda há outra problemática na figura 4, a incitação da rivalidade feminina. Trata-se de mais uma estratégia para controlar e adquirir poder sobre os corpos femininos, ou seja, causar a desunião dentro do próprio gênero. Conforme tratado no capítulo 5, existe o privilégio das mulheres brancas de classe média em detrimento das outras formas de ser mulher, pois não é levado em conta a classe, a raça e outras particularidades que desmistificam a universalização da categoria mulher, dado que essas mulheres possuem pontos de partida diferentes, por isso, possuem demandas diferentes.

Logo, podemos observar que, na imagem, o que predomina é a hierarquização das mulheres “recatadas” e das mulheres “loucas” a fim de criar uma disputa entre elas, pois o atrito é responsável por desviar o foco da questão que realmente importa: romper com a sociedade machista vigente. Isso reforça o que Ribeiro (2018) propôs sobre a necessidade de um movimento feminista interseccional, para abranger todas as mulheres e não somente caminhar em uma perspectiva eurocêntrica, centrada na branquitude, tendo em vista que “não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estrutura seria reforçada”. (RIBEIRO, 2018, p. 27). A autora traz essa afirmação para tratar do modo como o debate de raça, classe e gênero ocorrem de maneira dissociada e a retomamos para fortalecer a necessidade da interseccionalidade entre raça, classe, gênero e, também, abranger as particularidades de cada mulher no que tange ao seu jeito de ser e às potencialidades que lhe são oportunizadas por meio de sua autonomia e não fundamentada na opinião masculina.

Outra publicação que caminha na mesma direção do que foi proposto na Figura 4 diz respeito à problemática da universalização das mulheres e da violência imposta a elas socialmente, principalmente no que diz respeito à transfobia. Levando em consideração que a sociedade ainda se ancora em estruturas de cunho patriarcal, que acreditam fortemente em uma identidade de gênero pautada no sexo biológico, encontramos mais uma materialidade que nos ajuda a compreender o processo de representação da mulher tanto no meio físico quanto no meio virtual. A publicação a seguir foi encontrada em uma página do Facebook e conta com a imagem de Thammy Miranda, filho da cantora Gretchen, e de Pablo Vittar, famosa cantora brasileira, ambos representados em um contexto de dia internacional das mulheres.

Figura 5 – Ridicularização da identidade de gênero.



Fonte: Página “Desenterrei Memes” – Facebook<sup>5</sup>.

A partir da leitura da Figura 5, colocamos em evidência o que Foucault (2012) propôs a respeito da ordem do discurso. Segundo o autor, existem procedimentos de controle que determinam as condições de funcionamento e de pertencimento dos discursos. Isso significa que regras são impostas para que nem todos os sujeitos tenham acesso a eles uma vez que aqueles que não satisfizerem às exigências sociais não serão aceitos na ordem discursiva. Assim ocorre com Thammy Miranda e com Pablo Vittar, pois eles não satisfazem as exigências de uma sociedade patriarcal cujo pensamento é baseado no sexo biológico como determinante do gênero e não no modo pelo qual o sujeito se identifica e se constitui como ser no/do mundo.

Thammy Miranda é um homem transexual, heterossexual, casado e pai de um menino. No entanto, a sociedade exige que ele cumpra com a representação de sujeito mulher, dado que nasceu com o sexo biológico feminino. Já Pablo Vittar se identifica enquanto homem

<sup>5</sup> Disponível em:

<<https://www.facebook.com/114934570421818/photos/a.122660849649190/202981734950434/>>.

Acesso em 12/04/2021.

homossexual, portanto não é transexual. A cantora se apresenta na qualidade de *drag queen* e, quando se veste com o figurino que compõe a sua personagem, prefere ser chamada pelo gênero feminino. Em contrapartida, a sociedade exige que ela se aproprie da posição de sujeito homem heterossexual, interditando toda forma de expressão artística e até mesmo fundindo a noção de transexualidade e de performance artística, pois não compreende a significação desses termos, ainda que eles sejam completamente distintos. A diferença entre os dois termos se dá, principalmente, no tocante a identificação de gênero, enquanto os/as transexuais não se identificam com o seu sexo biológico, as drag queens se transvestem a fim de performar, o que atesta o caráter de uma expressão artística e independe das questões de gênero. Assim, a sociedade universalizou o que é ser mulher e, para ela, ser mulher é estar em conformidade com o sexo biológico. Toda conduta que fuja desse padrão é questionada, ridicularizada e má interpretada.

Por esse motivo, a fim de validar as exigências sociais, Thammy e Pablo são inseridos no discurso sobre o dia internacional da mulher de forma descontextualizada e são representados de forma preconceituosa em um meme de cunho transfóbico que deturpa noções importantes de identificação dos sujeitos. Essa exclusão evidencia o quanto a vontade de verdade e de poder da sociedade acerca dos corpos é um alicerce para que as desigualdades se mantenham. Ressaltamos, neste estudo, as diferentes formas de ser (ou de não ser) mulher. Assim, percebe-se o desejo sociocultural de que os sujeitos que nasceram com o sexo biológico feminino se reconheçam mulheres e o desejo de que os sujeitos que nasceram com o sexo biológico masculino se reconheçam homens, o que explica o uso indevido da imagem do Thammy Miranda com a intenção de representar uma mulher. Contudo, conforme apontado nos estudos de Colling (2015) sobre Goellner (2015), o corpo é uma construção social, portanto não atende e nem deve atender aos padrões e às representações sociais preestabelecidas.

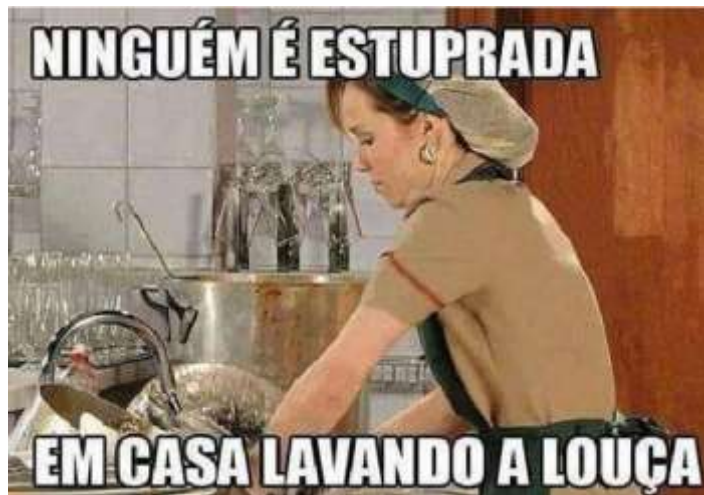
Outro ponto interessante de ser observado na Figura 5 diz respeito ao silêncio constitutivo que está presente no modo como se diz, em conformidade com Orlandi (2007). Segundo a autora, se diz uma coisa para não se dizer outra. Escolhe-se manter uma postura de deboche e de preconceito em relação à identidade de gênero e às formas que o outro possui de viver e de se expressar para não tratar da importância do Dia Internacional da Mulher. Escolheu-se não dialogar sobre as comemorações que devem ser feitas nessa data e sobre os questionamentos que ainda existem no tocante à desigualdade e à opressão contra as mulheres.



Situações assim ilustram a noção de tabu do objeto, proposta por Foucault (2012), pois não se pode falar sobre tudo, dado que as formações discursivas possuem limites e fronteiras que definem o que pode e deve ser dito. Com isso, é possível remeter a inscrição desse discurso em uma formação discursiva de caráter machista, que materializa um discurso transfóbico a partir de condições de produção distintas das quais tanto Thammy Miranda quanto Pablo Vittar estão inseridos. Nesses casos, somente dizeres correspondentes ao posicionamento imposto podem ser reproduzidos, silenciando os dizeres contrários que não compactuam com o ponto de vista já estabelecido histórica e culturalmente.

Prosseguindo nas análises, elegemos uma materialidade disponível na rede social Instagram. Dessa vez, é possível notar que o estupro é naturalizado na publicação, a fim de culpabilizar a mulher por tal violência sofrida. É comum nos depararmos, tanto no meio físico quanto no meio virtual, com discursos que reproduzem essa ideia, fato que alimenta a cultura do estupro e a impunidade que existe em relação aos criminosos. Isso significa que existe em nossa sociedade uma cultura que isenta a responsabilidade dos estupradores e naturaliza a violência sexual contra a mulher, colocando-a em uma posição de culpada e reforçando as imposições de um modelo patriarcal, machista e racista.

Figura 6 – Justificativa para a cultura do estupro: culpabilização da vítima.



Fonte: Página “MACHISTA. TOP” – Instagram<sup>6</sup>.

Na figura 6, é possível constatar que a mulher é representada como culpada pelas violências que sofre ou que virá a sofrer, por efeito de não cumprir com os arquétipos de “bom comportamento” que a sociedade lhe designou. Essa representação reforça o ideal de que, se algo ruim acontece com a mulher, foi porque ela trilhou caminhos que levassem a essa

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CLcDoD2glKk/>>. Acesso em: 12/04/2021.

conclusão, ou seja, se a mulher estivesse em casa, desempenhando as representações sociais que lhe foram impostas, ela não estaria exposta aos riscos e aos perigos do mundo. Vale ressaltar que essa posição é atribuída tanto às mulheres brancas quanto às pretas, embora às pretas tenham sido atribuídos os trabalhos considerados inferiores, domésticos e braçais desde o período da escravização, já as mulheres brancas puderam ocupar posições de trabalho consideradas superiores, principalmente depois dos movimentos da luta feminista (pautados nas demandas da branquitude). Assim, o processo de significação e de constituição de sentidos da figura analisada resulta do modo como os sujeitos envolvidos na produção/compartilhamento da publicação se constituem a partir de um discurso parafrástico, ou seja, de um discurso apegado aos já-ditos e se constituem também a partir do modo como eles são afetados pela língua, pela história e pela ideologia.

Logo, esse posicionamento advém de um contexto de produção no qual, em uma perspectiva sociocultural, histórica e ideológica, era naturalizado que os corpos femininos, principalmente os corpos pretos, fossem violentados. Por isso, mais uma vez, retomamos os estudos de Davis (2016) para destacar a importância de não se categorizar as mulheres em um mesmo bloco, pois a autora afirma que as mulheres pretas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho braçal que os homens pretos escravizados desempenhavam, com a diferença de que elas eram em maior número vítimas de estupro. Elas não eram classificadas como frágeis e puras conforme as mulheres brancas foram e ainda são rotuladas. Ribeiro (2018, p.117) também contribui para a ideia que propomos neste estudo, pois certifica que:

Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, é importante observar o grupo que está mais suscetível a ela, já que seus corpos vêm sendo desumanizados e ultrassexualizados historicamente. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura da violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas, “fáceis”, indignas de respeito.

Dessa forma, o crime de estupro é mais uma forma perversa de controle do modelo racista-patriarcal-machista em relação aos corpos femininos, demonstrando a hegemonia histórica dos homens sobre as mulheres, principalmente dos homens brancos sobre as mulheres pretas. De acordo com esse sistema, o estupro é a punição para a provocação que veio primeiramente da mulher. Elas são punidas para que retornem à posição de subalternidade. É um constante processo de vigiar, punir, adestrar e controlar as mulheres a fim de que elas contribuam na manutenção do modelo político vigente por meio da perpetuação dos seus corpos dóceis e obedientes. Além disso, os estereótipos atribuídos às

mulheres pretas também culminam na violência contra os seus corpos, que são compreendidos como propriedade masculina.

A indústria pornográfica também oferece subsídios para que a cultura do estupro seja alimentada, na medida em que representa o corpo feminino como um objeto sexual de satisfação masculina e que destitui a mulher da sua liberdade e do seu prazer sexual, pois atende apenas às demandas dos homens. Assim, a pornografia, tal como ela é, corrobora a visão que se tem a respeito das mulheres de que elas são produtos a serem utilizados e posteriormente descartados. Retira-se delas o caráter humano, livre e consensual. Desse modo, as mulheres são privadas de se autoconhecer e de encontrar as formas pelas quais experienciam o prazer, pois desde crianças são educadas para agradar aos homens, como nos mostrou Beauvoir (2016, p. 25) ao afirmar que “para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia.”.

Sendo assim, diante de uma educação que reforça a violência contra o corpo da mulher, ainda que o estupro esteja enquadrado como crime no Código Penal Brasileiro, a impunidade, a desresponsabilização do infrator e a dúvida da palavra da vítima fazem com que ele seja um dos crimes menos reportados às autoridades. Isso remete ao que discutimos no tópico 2.1 a respeito da ideia que se tem do silêncio como conformidade, dado que os estudos de Orlandi (2007) nos mostram que o silêncio não representa necessariamente o consentimento, mas ocupa um lugar que abre margem para inúmeras significações que remetem às condições de produção dos discursos.

À vista disso, as mulheres que não denunciam os casos de estupro que sofrem não o fazem por concordar com essa violência, mas por estarem inseridas no contexto sócio-histórico de uma sociedade cujo sistema judiciário banaliza o crime e coloca a palavra da vítima em cheque, retomando a ideia do discurso do louco, proposta por Foucault (2012), quando ele trata de uma das formas de controle dos discursos, a separação e a rejeição. Atualmente, esse procedimento ocorre por meio de novas instituições, ou seja, a palavra é dada simbolicamente à mulher, contudo, é questionada e subjugada, ocasionando na segregação da loucura – sua palavra não é acolhida, portanto não possui relevância e invalida o seu testemunho.

Diante desse cenário, a produção e o compartilhamento deste tipo de imagem, como a da Figura 6, contribuem para que a problemática da cultura do estupro seja mantida. Toda e qualquer ação que tenha a finalidade de satisfação sexual sem o consentimento do outro é uma

forma de estupro. Não cabe à sociedade criar contextos para que esse tipo de violência ocorra e seja legitimada. Não se pode negligenciar a responsabilidade dos estupradores. Não se pode promover o riso que sucede de situações como essa. Portanto, a estabilização, ou seja, esse modo de dizer que não permite que os sentidos se movimentem, remete ao que Orlandi (2020) discutiu ao citar os modos de repetição uma vez que, atualmente, os sujeitos se utilizam de uma repetição formal – que repete o mesmo discurso, porém de outra maneira – para que as violências contra as mulheres continuem sendo validadas e cada vez mais naturalizadas.

Para reforçar as discussões, selecionamos mais uma publicação da rede social Instagram. Nela, temos uma representação feminina pautada em ideais machistas e patriarcais, que designam representações sociais dos sujeitos que devem ser cumpridas por homens e por mulheres, portanto determina quais sujeitos estão aptos para realizar determinadas atividades. Em uma perspectiva discursiva, assegura quais sujeitos devem participar de uma ou de outra formação discursiva. Assim, a mulher ali representada possui sua capacidade profissional contestada e menosprezada ao atuar no meio futebolístico já que, segundo os ideais que fundamentam a publicação, cabe à mulher se dedicar aos afazeres domésticos, e não ao futebol, que é considerado um esporte majoritariamente masculino.

Figura 7 – Representações sociais pré-determinadas (ou não) às mulheres.



Fonte: Página “MACHISTA.TOP” – Instagram<sup>7</sup>.

Conforme afirma Orlandi (2007, p. 76), a censura é responsável por proibir certas palavras com o propósito de impedir a produção e a circulação de sentidos indesejáveis. Nesse viés, levando em conta que os sentidos e os sujeitos se constituem, a autora descreve que “se

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CLb1aT7g543/>>. Acesso em: 12/04/2021.

proíbe ao sujeito ocupar certos, ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito.”. A partir dessas considerações, nota-se que, na figura em questão, as mulheres são censuradas para que não ocupem o lugar de árbitras, ou seja, elas não devem estar em um lugar socialmente pré-estabelecido aos homens brancos. Essa interdição recai ainda mais sobre as mulheres pretas visto que atualmente, segundo a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), existem poucas mulheres pretas compondo o quadro de árbitras nacionais. Simone Xavier, a mais conhecida delas, exerceu sua função desde 2009, mas sofreu muitos empecilhos para conquistar o seu espaço no futebol, por isso teve uma carreira engajada para também auxiliar outros sujeitos a seguirem nessa área.

As mulheres são impedidas de ocupar determinadas posições discursivas, o que afeta diretamente em suas identidades, uma vez que estas são construídas com base na inscrição em uma e não em outra formação discursiva para que façam sentido. Por isso, o profissionalismo, o conhecimento e a capacidade delas no que diz respeito ao exercício da profissão são questionados. Isso também remete à ideia de que quando as mulheres ocupam posições de poder, elas estremecem o sistema patriarcal, dificultando o ideal de controle sobre os corpos femininos.

Para o sistema vigente, é necessário que elas estejam constantemente provando a sua competência e atestando aos homens que elas são capazes de exercer o seu cargo, seja ele qual for, pois para o universo masculino, principalmente para os sujeitos de cor branca, de acordo com as condições de produção dos discursos dos quais eles fizeram parte, é improvável que as mulheres estejam em posições superiores ou iguais a eles. Para as mulheres pretas, a situação é ainda mais problemática.

Dada a incompletude dos sujeitos, é possível se constituir dia após dia, acontecimento após acontecimento, por isso a possibilidade de tanto os sentidos quanto os sujeitos serem outros, “Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia.”. (ORLANDI, 2020, p.35). Isso explica a insistência que ocorre em manter posicionamentos conservadores, cujas crenças mantêm a hierarquia de gênero, ou seja, o modo como esses sujeitos se inscrevem na história e nas formações discursivas estabelecem uma relação predominantemente parafrástica com os discursos.

Trata-se de discursos autoritários, pois neles se mantém uma memória, um já-dito que remete a um outro lugar e a outras circunstâncias, que se repete e, acima disso, que deseja

preservar os pontos de vistas já enunciados. Não é permitido que novos sentidos de representações de sujeitos sejam legitimados, há o desejo de manter o controle masculino sobre a produção dos discursos voltados para o ramo futebolístico. Isso ocorre porque o modo como os sujeitos são inscritos na história, as suas relações e as suas experiências os destituem de um lugar polissêmico, pois para eles as estruturas sociais estão cômodas tais como elas são. Eles não são afetados negativamente por elas e, por isso, não se deslocam para o lugar do outro a fim de compreender as necessidades coletivas, assim, mantém-se um interesse exclusivamente particular e individual.

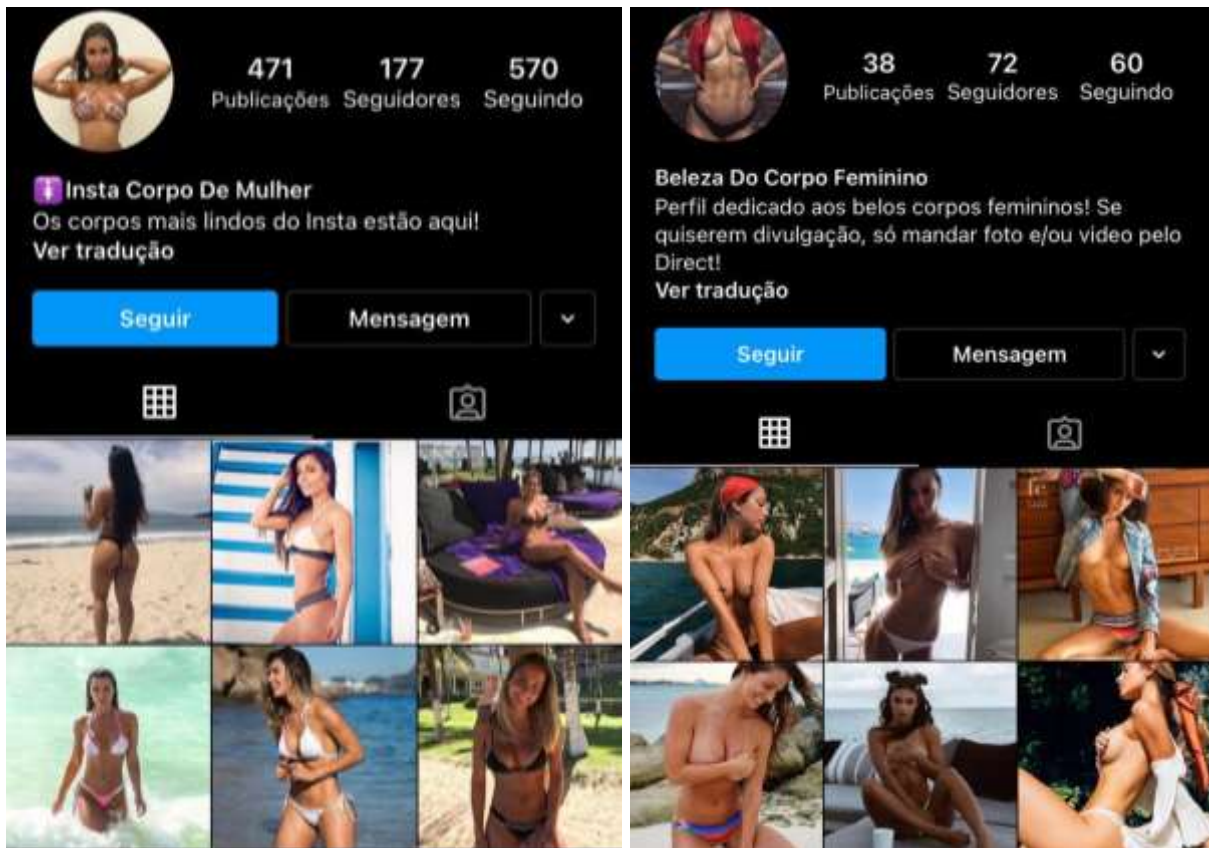
Desse modo, é mantida, concomitante com esses pontos de vistas, uma relação de forças que promove a hierarquia de gênero, pois são impostas representações sociais de sujeito unicamente femininas e outras exclusivamente masculinas. Caso essas exigências não sejam cumpridas, a representação do sujeito é invalidada. Isso significa, nas palavras de Orlandi (2020, p. 37), que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Todavia, no caso da mulher como árbitra, sua identidade e sua constituição como sujeito são violadas, pois a sociedade não considera o lugar ocupado por ela como constitutivo dos seus discursos e dos sentidos advindos deles.

Dessa forma, com base na publicação analisada, a mulher é privada do seu direito de ocupar espaço no meio futebolístico, ela também é destituída da autoridade que lhe é própria por estar inserida na sua posição profissional. Ainda que ela alcance essa posição do discurso, que reside nas formações imaginárias, ela não terá a mesma confiabilidade e autoridade que é concedida ao homem branco. É como se ela lutasse para ocupar a sua posição de direito, no entanto, quando a alcança, perante a sociedade machista não é reconhecida. A palavra do homem terá mais significado do que a palavra da mulher, tendo em vista que ele cumpre com as representações sociais pré-determinadas, diferentemente da mulher, que ocupa uma posição que socialmente é preestabelecida para ela.

Na sequência, analisaremos duas materialidades que estão disponíveis na rede social Instagram. Nelas, buscamos observar dois perfis como um todo e não mais observar uma publicação específica de uma determinada página, como foi realizado nas análises anteriores. Aqui, retomamos a problematização que tange à cobrança social perante a mulher em diferentes representações sociais do seu cotidiano, mais especificamente no padrão estético de beleza que impõe a ela a “perfeição” das curvas, do cabelo e da pele. Assim, a partir desse *corpus* investigaremos quais são os padrões estéticos que a sociedade exige das mulheres e como eles impactam na forma com que elas são representadas e na forma com que elas se

representam no cenário virtual. Para isso, selecionamos dois perfis que encontramos no Instagram ao pesquisar sobre “belos corpos femininos” na opção de busca da página.

Figura 8 – Perfis que definem quais são os corpos perfeitos.



Fonte: Instagram<sup>8</sup>.

A partir da observação geral desses dois perfis podemos notar o quanto os padrões estéticos estão em voga no mundo virtual. Logo na primeira imagem, a biografia do perfil indica que ele é destinado aos corpos mais lindos da rede social. O mesmo pode ser visto na segunda imagem, que delimita a divulgação do perfil apenas aos belos corpos femininos. Assim, observando as imagens de cada perfil, notamos que somente uma restrita parte dos diferentes tipos de corpos que existem em toda a população mundial é postada. No entanto, ainda que o leitor não perceba de imediato que existe uma estereotipia nesses perfis, é possível sugerir algumas reflexões que potencializam a compreensão da análise acerca dos corpos físicos e virtuais da mulher que propomos neste trabalho.

Diante disso, propomos três questionamentos que dizem respeito às formações imaginárias: de quais corpos femininos está sendo falado? Quais as imagens que o sujeito que

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/instacorpodemulher/>>. Acesso em: 12/04/2021.

Disponível em: <<https://www.instagram.com/belezadocorpofeminino/>>. Acesso em: 12/04/2021.

diz constrói acerca dos corpos femininos? Quem fala sobre os corpos femininos de modo estereotipado? Esses questionamentos permitem ao leitor compreender que sujeitos disseminam esse discurso, que sujeitos são excluídos dele, que imagens são construídas sobre os sujeitos representados e quem compartilha esse posicionamento que é constituído tanto na memória discursiva quanto na conjuntura imediata.

À vista disso, a primeira questão que destacamos é a de quais corpos femininos está sendo falado. Em ambos os perfis os sujeitos que enunciam representam somente os corpos de mulheres brancas. Isso nos remete a um contexto de produção no qual uma memória discursiva racista foi mantida, dado que, com base nela, somente os corpos brancos são considerados belos. Mais do que uma memória, esse racismo é estrutural, ele é reforçado pelos sujeitos, pela mídia e pelas instituições.

Por isso, ao comportar-se dessa forma, os enunciadores consideram a pele como fator fundamental de beleza, excluindo as mulheres de cor preta de um estereótipo de corpo perfeito e, conseqüentemente, invalidam o discurso que valoriza o corpo tal como ele é. Ribeiro (2018, p.15) relata sobre o anseio da mulher preta de ser aceita em um mundo de padrões eurocêntricos e declara que “A sensação de não pertencimento era constante [...] Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendi que existia uma máscara calando não só minha voz, mas minha existência.”. Esse relato nos comprova que o racismo estrutural é responsável pelo apagamento dos sujeitos pretos, principalmente das mulheres pretas, que são apagadas dos discursos voltados para a beleza, para cargos de poder e representações sociais importantes.

Em consequência, adentramos no segundo questionamento proposto, o referente às imagens que os sujeitos constroem acerca dos corpos femininos. Como já constatamos, os perfis tratam apenas dos corpos brancos como adequados ao ideário de beleza, mas ainda assim, não é qualquer corpo branco que se adequa às exigências estéticas impostas. Elas ditam que é necessário que esse corpo branco se enquadre em outros arquétipos preestabelecidos, portanto ele deve ser magro, com curvas e músculos definidos, com o cabelo liso e, por isso, deve estar sempre à mostra, a fim de objetificar essa mulher “ideal”, pois se esse corpo condiz com as imposições sociais, ele tem de ser exibido, retirando o caráter humano da mulher e a resumindo a um objeto, a uma mera mercadoria.

Esse processo condiz com o que Wolf (1992) discorreu acerca do mito da beleza, que passou a ser uma nova forma de manter controle e poder sobre as mulheres e os seus corpos,



uma vez que elas passaram gradualmente a se libertar dos modelos de maternidade, de passividade e de subserviência. Portanto, essas imagens de beleza acerca dos corpos femininos remontam a um movimento político para manter as funções de coerção que as mulheres sempre sofreram.

Por último, destacamos o questionamento que se refere a quem são os enunciadores que dizem sobre o corpo feminino de forma opressiva. Como já apontamos, o modo de representar e de induzir as mulheres a representarem seus corpos com base em padrões de beleza resulta de um movimento político de controle e de poder sobre elas. Nesse sentido, para identificar quem são os sujeitos responsáveis por tratar os corpos femininos baseados em imagens criadas a partir das exigências sociais, basta refletirmos sobre quem está no poder e no controle dessa sociedade e quem tem interesse em que ela se mantenha tal como é. Levando em conta essa reflexão, concluímos que os sujeitos que representam as mulheres dessa forma são em sua maioria homens, brancos e heterossexuais, visto que eles estão acima dos demais sujeitos na pirâmide social. Ribeiro (2019, p. 17) nos explica que:

Os homens brancos são maioria nos espaços de poder. Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização. Alguém pode perguntar: “Mas e no caso de homens brancos pobres ou homossexuais, que não necessariamente possuem todos os privilégios sociais de homens brancos heterossexuais ricos?”. De fato, é sempre importante levar em consideração outras intersecções. Porém, o debate aqui é sobre uma estrutura de poder que confere privilégio racial a determinado grupo, criando mecanismos que perpetuam desigualdades.

Dessa forma, de acordo com a autora, o período da escravização foi culminante nas estruturas sociais, culturais e econômicas nas quais estamos inseridos nos dias de hoje. Toda essa construção histórica resultou em um modo de ver a mulher, principalmente a mulher preta, em posição subalterna quando comparada ao homem branco, heterossexual e rico. Os estudos de Davis (2016) também corroboram a compreensão dessas relações de poder e de controle e, conseqüentemente, no apontamento dos sujeitos responsáveis por tal modo de representar as mulheres, pois assim como Djamila Ribeiro, Davis nos mostra que, historicamente, os homens brancos, com maior poder aquisitivo, tinham livre acesso ao corpo feminino preto, violência legitimada pelo racismo. Essa ação se mantém em uma sociedade pautada em ideias machistas e racistas, o que nos permite evidenciar o sujeito branco, heterossexual e de classe média-alta como o maior responsável pela conservação dos estereótipos atribuídos a mulher.

Ribeiro (2019) trata sobre o racismo que está enraizado em nossa sociedade e sobre a responsabilização coletiva a fim de transformar essa sociedade. A autora afirma que não se trata de se afirmar “não racista”, mas de compreender que estamos tratando de uma problemática estrutural e não somente individual e moral. Por isso, ser antirracista é “uma luta de todas e todos”. (p. 8). Além disso, Ribeiro (2018, p. 22) também nos provoca ao afirmar que “Devemos pensar uma reconfiguração de mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica”. Com essa reflexão, encerramos as análises propostas, provocando ainda mais os leitores e a nós mesmos a questionar a ideia de uma história única, apontada por Adichie (2018), sobre o quanto é perigoso o fato de as histórias serem contadas e escritas somente pela estrutura dominante. Perante o exposto, reforçamos a importância de abrimos espaços para o debate e a luta antirracista e principalmente, para rompermos com estruturas que insistem em manter a questão racial como determinante, negativamente, em diversas esferas da vida.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a proposta deste trabalho, a de analisar o processo discursivo que atravessa o corpo físico da mulher até chegar ao corpo virtual dela, (re)construído nas e por meio das redes sociais Facebook e Instagram, fizemos um percurso, através de uma pesquisa bibliográfica, que contextualizou os princípios básicos da Análise do Discurso Materialista, proposta teórica que fundamenta grande parte do nosso estudo. Percorremos também por algumas concepções que, ao longo dos anos, foram atribuídas aos corpos das mulheres e das consequências que elas trouxeram para o universo feminino a partir de um interdiscurso que é reproduzido nos dizeres atuais. Por último trilhamos sobre as obras de algumas autoras que voltaram suas pesquisas para a importância da emancipação mulher e de um movimento que seja abrangente às diferentes interseccionalidades que são encontradas no gênero feminino. A fim de demonstrar essas questões selecionamos materialidades disponíveis nas redes sociais que tratassem a mulher e o seu corpo de forma opressiva.

Assim, por meio dos objetos analisados, concluímos que é muito comum nos depararmos com representações das imagens dos corpos femininos que silenciam a mulher, principalmente a que possui o corpo preto. Isso porque as memórias discursivas de uma conjuntura escravista e racista são mantidas até os dias de hoje. Junto a elas também concorrem interdiscursos que mantêm o desejo de poder sobre os corpos, os discursos e as representações sociais que serão desempenhadas pelas mulheres. Uma das maneiras pelas quais isso ocorre é por meio de imposições que determinam como um corpo “perfeito” deve ser, a aparência está sempre à frente de qualquer outra característica. Porém, se esse corpo for preto, a cor da pele estará à frente das demais regularidades exigidas. Desse modo, é uma constante relação de silenciamento, de apagamento e de interdição que está sempre à espreita da mulher para regular as suas ações, os seus pensamentos, a sua aparência e o modo pelo qual ela se comporta e se insere no mundo.

Sendo assim, os corpos femininos são reproduzidos pelo outro conforme os padrões vigentes na sociedade atual. Essa cobrança em relação ao corpo da mulher faz com que ela busque uma incessante reatualização do seu corpo, para que ele se enquadre no que é determinado socialmente. Somente assim, ela será aceita e principalmente respeitada. Essas cobranças acontecem em diferentes instâncias da vida da mulher: em casa, no trabalho, em um relacionamento e em tantas outras representações sociais que lhe são possíveis ocupar. No entanto, ela é privada desse direito, dado que a sociedade atual compreende essa autonomia como pertencente ao homem branco, heterossexual, rico e conservador.

Esse cenário advém de condições de produção de discursos que ocorrem no ambiente físico, mas que, com o advento a tecnologia, têm tomado espaço também no ambiente virtual. Dado que a maioria dos corpos da população brasileira quase nunca aparece e quando aparece é menosprezado, são excluídos os corpos fora do padrão estético preestabelecido. Vale lembrar que esse padrão está intimamente ligado à questão racial, por isso a importância de um movimento feminista interseccional, que possa atender às demandas das diferentes mulheres que existem no mundo e que possuem particularidades e pontos de partida diferentes.

O percurso feito neste estudo nos levou a concluir que as redes sociais estão sendo utilizadas para que se mantenham as estruturas racistas, patriarcais, machistas, homofóbicas e transfóbicas que foram instauradas durante o percurso histórico de formação e de constituição da sociedade na qual estamos inseridos. Essa manutenção é desejada principalmente por homens brancos, heterossexuais, ricos e conservadores que possuem uma vontade de verdade acerca de um sistema centrado em valores brancos, héteros e machistas. Eles são responsáveis por silenciar todas as outras representações de sujeito que não se enquadram nos discursos que reproduzem, por isso não propiciam e nem desejam propiciar espaços de representatividade. A mídia corrobora a reprodução da imagem de um corpo que não condiz com a maioria dos corpos da população mundial, arquétipo de difícil alcance para uma grande parcela do público.

Buscamos construir uma análise fundamentada em situações sociais, históricas e culturais nas quais estamos inseridos, sem deixar de considerar que não há neutralidade discursiva, pois a ideologia perpassa os discursos e os sujeitos. Além disso, discutimos um assunto atual e urgente: a opressão que a mulher sofre tanto no cenário físico quanto no virtual, sendo interdita e silenciada historicamente. Demonstramos que a proposta teórica pautada na Análise do Discurso potencializa o olhar do leitor para o que está além da palavra.

## 8 REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMORIM, Marcia Fonseca de. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida, volume 2**. Tradução Sérgio Milliet. — 3 ed — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. — 3 ed — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- COLLING, Ana Maria. **A construção histórica do corpo feminino**. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 28, n. 2, p. 1-21, jul.-dez. 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016
- DOS SANTOS ANDRADE, Sandra. **Saúde e beleza do corpo feminino-algumas representações no Brasil do século XX**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 9, n. 1, p. 119-143, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ªed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª. ed. — Campinas, SP: Pontes, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo : Companhia das Letras, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RODRIGUES, Maria Elizabeth; DO NASCIMENTO, Geraldo Barbosa; NONATO, Eunice Maria Nazareth. **A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso**. identidade!, v. 20, n. 1, p. 78-97, 2015.
- SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2017.
- TED. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. YouTube. 7 out. de 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 1 maio 2021.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Tradução Waldéa Barcellos Rio de Janeiro: Rocco, 1992.